



MARIANA NOGUEIRA SANDOVAL

**A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NO CENTRO DE
FLORIANÓPOLIS COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL
E PRODUTO TURÍSTICO**

FLORIANÓPOLIS

2007

MARIANA NOGUEIRA SANDOVAL

**A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NO CENTRO DE
FLORIANÓPOLIS COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL
E PRODUTO TURÍSTICO**

Monografia apresentada ao curso de Turismo, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Gestão do Turismo.

Orientador: Professor Thiago Albino Sardá.

FLORIANÓPOLIS

2007

MARIANA NOGUEIRA SANDOVAL

**A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NO CENTRO DE
FLORIANÓPOLIS COMO FORMA DE PRESERVAÇÃO DA IDENTIDADE LOCAL
E PRODUTO TURÍSTICO**

Monografia apresentada ao curso de Turismo, do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharelado em Gestão do Turismo.

Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.

_____, _____ de _____ de 2007.

Prof.
Universidade

Prof.
Universidade

Prof.
Universidade

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho a minha filha Julia, que mesmo sendo tão pequenininha foi tão corajosa e enfrentou noites e noites, escuras e frias, a minha ausência. Chegamos em Florianópolis sem conhecer nada e ninguém e mesmo assim pude contar com a compreensão e o carinho dessa menina que em nenhum momento pediu que eu não fosse a aula, sabendo que era necessário e importante para mim e para ela.

Julia, sem você nada teria sentido!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe Vera Lucia Nogueira de Sá pelo grande esforço e pelo incentivo a mim conferido para que eu pudesse ter uma formação acadêmica.

A minha filha Julia Luana Sandoval Auricchio, que abdicou de várias noites na companhia da sua mãe, para que eu pudesse realizar o meu sonho.

Ao meu marido Íbis Nechi de Oliveira, que me apoiou durante todas as fases difíceis na conclusão deste trabalho.

Aos colegas, que na hora do desânimo, sempre estiveram ao meu lado, me encorajando e não deixando que eu desistisse.

Ao corpo de Professores do Curso de Turismo da Unisul que me transmitiu, além de conhecimentos acadêmicos, histórias de vida e determinação.

Agradeço ao Professor Thiago que me orientou e que confiou na minha pesquisa

A todos que, de uma maneira ou de outra, contribuíram para o desenvolvimento do projeto acadêmico.

“Conhecimento sem transformação não é sabedoria”. (Paulo Coelho)

RESUMO

O turismo é um dos mais expressivos fenômenos deste fim de século, constituindo-se uma das grandes e mais significativa atividade humana internacional da atualidade, que objetiva a interação entre os povos, envolve o deslocamento temporário de pessoas, abrange as dimensões econômica, social e cultural. A cultura é o que torna singulares os sujeitos, assim sendo, o patrimônio enquanto expressão cultural vai construir os costumes, a política, os interesses econômicos e sociais de um povo e as características do lugar. O patrimônio tem a sua importância a partir do momento que é a expressão de cultura e de identidade de uma localidade. O conhecimento e a valorização dos bens culturais contribuem com o despertar da cidadania e com a noção de que expressam a história e a tradição local e regional. E o patrimônio arquitetônico de um local demonstra os traços culturais de um grupo. A proteção e preservação dos bens de valor histórico, arquitetônico e cultural contam com todo o instrumental jurídico e judicial necessários para a sua efetivação. Somente não têm contado com a vontade política para que tal ocorra efetivamente. Perceber a importância de se proteger o Patrimônio Arquitetônico, no caso o de Florianópolis, através de iniciativas públicas e privadas, demonstra consciência cultural, dando oportunidade de transmitir às gerações futuras o que somos hoje, dando-lhes referências históricas e fortalecendo os laços em comum. Portanto, esta proposta pretende demonstrar, definir e delimitar turismo, turismo cultural, patrimônio e patrimônio arquitetônico, bem como referenciar a história de Florianópolis, dando principal importância ao patrimônio arquitetônico do centro de Florianópolis. Está dividido em três tópicos. O primeiro apresenta as questões introdutórias, que refletem a natureza e a caracterização da pesquisa. O segundo tópico apresenta o referencial teórico da pesquisa, onde são expostos e analisados, os conceitos e a história do Turismo e as concepções de Turismo Cultural, Patrimônio, Patrimônio Arquitetônico e Patrimônio Cultural. Também apresenta o Turismo em Florianópolis, sua história, seus aspectos principais, o seu patrimônio histórico e cultural, bem como a entrevista realizada com o professor Marcelo Cavalcanti, graduado em História e professor de Metodologia Científica da UNISUL, no curso de Administração. O terceiro tópico traz as considerações finais sobre o tema desenvolvido nesta pesquisa.

Palavras: chave: Turismo Cultural; Patrimônio; Patrimônio Arquitetônico.

ABSTRACT

The tourism is one of the expressive phenomena of this end of century, consisting one of the great ones and more significant activity international human being of the present time, that objective the interaction between the peoples, involves the temporary displacement of people, encloses the dimensions economic, social and cultural. The culture is what it becomes singulars the citizens, thus being, the patrimony while cultural expression goes to construct the economic and social customs, politics, interests of a people and the characteristics of the place. The patrimony has its importance from the moment that is the expression of culture and identity of a locality. The knowledge and the valuation of the cultural goods contribute with the wakening of the citizenship and the notion of that they express history and the local and regional tradition. E the patrimony architectural of a place demonstrates the cultural traces of a group. The protection and preservation of the goods of historical value, cultural architectural and count all on the legal and judicial instrument necessary for its effective. They do not only have counted with the will politics so that such occurs effectively. To perceive the importance of if protecting the Patrimony Architectural, in the case of Florianopolis, through public and private initiatives, demonstrates cultural conscience, giving chance to transmit to the future generations what we are today, giving historical references to them and fortifying the bows in common. Therefore, this proposal to demonstrate, to define and to delimit tourism, cultural tourism, patrimony and patrimony architectural, as well as referential the history of Florianopolis, giving main importance to the patrimony architectural of the center of Florianopolis. It is divided in three topics. The first one presents the introductory questions that reflect the nature and the characterization of the research. As the topical one presents the theoretical referential of the research, where they are displayed and analyzed, the concepts and the history of the Tourism and the conceptions of Cultural Tourism, Patrimony, Patrimony Architectural and Cultural Patrimony. Also it presents the Tourism in Florianopolis, its history, its main aspects, its historic site and cultural, as well as the interview carried through with professor Marcelo Cavalcanti, graduated History and professor of Scientific Methodology of the UNISUL, the course of Administration. The third topic brings the final considered on the subject developed in this research.

Words: key: Cultural Tourism; Patrimony; Patrimony Architectural.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1: Fachada da Matriz Catedral de Nossa Senhora do Desterro.....	49
Fotografia 2: Hall de entrada do Palácio Cruz e Souza.....	49
Fotografia 3: Figueira Centenária da Praça XV	50
Fotografia 4: Fachada frontal da Câmara Municipal.....	50
Fotografia 5: Fachada dos Sobrados Oitocentistas.....	51
Fotografia 6: Fachada da Casa de Victor Meirelles	51
Fotografia 7: Fachada da Antiga Escola Normal.....	52
Fotografia 8: Fachada Frontal da Academia de Comércio	52
Fotografia 9: fachada da Alfândega.....	53
Fotografia 10: Vista aérea do Mercado Público	53
Fotografia 11: Fachada da Igreja de São Francisco.....	54
Fotografia 12: Vista do lado norte da Ponte Hercílio Luz.....	54
Fotografia 13: Museu de Armas "Major Antônio de Lara Ribas", no Forte Santana.....	55
Fotografia 14: Fachada frontal da Igreja do Rosário.....	55
Fotografia 15: Fachada frontal do Teatro Álvaro de Carvalho	56
Fotografia 16: Fachada do Museu do Homem do Sambaqui	56
Fotografia 17: Vista aérea do Casario da Rua Menino Deus	57

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA.....	11
1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	12
1.3 JUSTIFICATIVA	12
1.4 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS	14
1.4.1 Objetivo Geral	14
1.4.2 Objetivos Específicos.....	14
1.5 DEFINIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	14
1.5.1 Natureza da Pesquisa	15
1.5.2 Caracterização da Pesquisa	15
1.5.3 População e Amostra.....	16
1.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO	16
1.7 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO	16
2 BASE TEÓRICA	18
2.1 TURISMO	18
2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA	21
2.2.1 Das Origens até o Século XIX.....	21
2.2.2 Do Século XX até a Atualidade	25
2.3 TURISMO CULTURAL.....	30
2.3.1 Turismo Cívico.....	33
2.3.2 Turismo Religioso	34
2.3.3 Turismo Místico e Esotérico	35
2.3.4 Turismo Étnico	35
2.4 PATRIMÔNIO	36
2.4.1 Patrimônio Arquitetônico	38
2.4.2 Patrimônio Cultural	41
2.5 HISTÓRIA TURISMO NA ILHA DE SANTA CATARINA.....	44
2.5.1 Patrimônio Histórico e Cultural.....	46
2.5.2 Inventário dos Patrimônios Culturais do Centro da Ilha de Santa Catarina.....	48
2.5.3 Entrevistas.....	57
3 CONCLUSÃO.....	59

REFERÊNCIAS	61
APENDICE	65
APÊNDICE A – questionário de Entrevista	66
APÊNDICE B – entrevista.....	69

1 INTRODUÇÃO

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA

A presente pesquisa surgiu de uma preocupação da autora em demonstrar a influência da atividade turística, quando tratada de forma exclusivamente econômica, na descaracterização de patrimônios arquitetônicos.

No momento em que é criado um cenário turístico em cima de uma arquitetura histórica, em alguns casos como o Pelourinho, não se percebe uma preocupação no sentido de que as futuras gerações tenham a oportunidade de conhecer um pouco do passado de sua própria história no que se refere à arquitetura como parte da cultura de uma cidade.

Para que se crie um cenário turístico em uma localidade histórica é preciso que seu patrimônio seja modernizado, ou seja, as construções recebem uma reforma com um banho de cores vivas, modernizando o passado, atendendo a um forte apelo visual, destoando da originalidade com a intenção de atrair turistas.

Por todo lado observam-se movimentos de modernização das cidades históricas, que parecem constituir reações locais aos efeitos da globalização onde tudo se transforma em novo.

O patrimônio arquitetônico tornou-se, hoje, cenário revestido de valores mercadológicos, descompromissados com o passado e com o lugar.

Pelo ponto de vista da pesquisadora não se entende a necessidade da modernização do passado, processo que visa o apelo turístico e que tem pouca preocupação com a originalidade das arquiteturas, uma vez que a restauração seria suficiente para a preservação do patrimônio histórico e cultural sem que este perca a sua autenticidade e identidade, não só no seu conteúdo, mas também nas relações sociais e culturais que lhe são inerentes, além de proporcionar o conhecimento como forma de atrair o turismo. No que se refere à conservação do patrimônio histórico cultural arquitetônico de Florianópolis esse processo é identificado em plenitude, motivo pelo qual o presente trabalho se dispõe a levantar dados e informações que venham a despertar, tanto da administração pública quanto dos cidadãos, o interesse e a preocupação com a preservação do patrimônio arquitetônico no centro de Florianópolis, como forma de preservação da identidade local e produto turístico.

1.2 DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O patrimônio tem a sua importância a partir do momento que é a expressão de cultura e de identidade de uma localidade. O conhecimento e a valorização dos bens culturais contribuem com o despertar da cidadania e com a noção de que expressam a história e a tradição local e regional, por isso aguça o sentimento de pertencimento.

A atividade turística é, portanto, produto da sociedade capitalista industrial e se desenvolveu sob o impulso de motivações diversas, que incluem o consumo de bens culturais. O turismo cultural, tal qual o concebemos atualmente, implica não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e preservação de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos. (FUNARI, 2001, p.15)

Neste contexto apresenta-se o problema de pesquisa que norteará o presente projeto: o descaso com a preservação, conservação e valorização do patrimônio arquitetônico existente na cidade de Florianópolis. Surge então a pergunta:

Qual a real importância de se proteger o patrimônio edificado de Florianópolis como forma de se preservar a cultura e identidade da comunidade local e atrair novos turistas, já que esta última é supostamente expressa ou representada pelos chamados patrimônios nacionais?

1.3 JUSTIFICATIVA

Perceber a importância de se proteger o Patrimônio Arquitetônico original de Florianópolis tem seu fundamento a partir do momento que todas as cidades do mundo são expressões materiais da diversidade das sociedades através da História e são todas, por essa razão, históricas. Isso significa que não tem mais sentido dizer que este ou aquele município é considerado “cidade histórica”, pois todas as cidades são históricas, na medida em que todas se desenvolveram a partir da ação humana e todas deixaram um legado para a posteridade. “Já se sabe que toda a atividade turística é, por natureza, cultural. Daí a imprecisão de expressões do tipo turismo cultural ou ainda turismo em cidades históricas, pois todas as cidades, turísticas ou não, são historicamente produzidas”. (PORTUGUEZ, 2001, p. 81).

A idéia da cidade como documento histórico é uma decorrência dessa noção. Cada edificação exprime os valores de determinada época. É possível “ler” na arquitetura das casas informações capazes de decifrar o estado de espírito do tempo em que foram construídas. Portanto, essas edificações na paisagem da cidade são como páginas de um livro aberto, cuja função é, entre outras, fazer com que os habitantes percebam, em seu cotidiano, que são sujeitos históricos. Essa leitura pode ser feita no centro de Florianópolis, onde encontramos verdadeiras obras de arte que contam um pouco da história de nossa cidade, como por exemplo, o Palácio Cruz e Souza, a Matriz Catedral de Nossa Senhora do Desterro, a Câmara Municipal, a Casa de Victor Meirelles, entre outras, como será visto no decorrer deste trabalho.

Atualmente, muitas dessas casas /documentos históricos estão sendo ameaçadas de degradação, de deterioração e até mesmo de destruição sob o efeito de um tipo de urbanização nascido na era industrial e que hoje atinge universalmente todas as sociedades.

Conforme Ribeiro (2000, p. 21) “Cidades que possuem em seu centro histórico fonte de visitação [...] mostram que a necessidade de preservação e o resgate dos hábitos no centro são formas de não só devolver a dignidade destes lugares como também de abrir portas para novos horizontes através de visitação de turistas [...]”.

A restauração das cidades e bairros históricos deve ser parte essencial de uma política coerente de desenvolvimento econômico e social, capaz de promover a adaptação harmoniosa desses conjuntos de edificações históricas à vida contemporânea.

“Lugares antigos, centros urbanos obsoletos, tudo é revitalizado, tudo ganha vida nova e transforma-se em territórios turísticos” (BARBOSA, 2001, p. 84).

As ameaças que possam comprometer a autenticidade do caráter histórico da cidade devem ser combatidas, para que se perpetuem como herança cultural das gerações futuras. E essa é uma das grandes preocupações que me levam a realizar este trabalho, pois as construções históricas arquitetônicas, principalmente as do centro de Florianópolis, ficam cada vez mais sufocadas com as modernas construções que estão à sua volta, bem como a pouca valorização que se dá a estas construções. Fica o alerta pra que a preservação do patrimônio arquitetônico no centro de Florianópolis seja realizado como forma de preservação da identidade local para que este possa servir como produto turístico, atraindo para nossa cidade cada vez mais um olhar histórico cultural que traga o desenvolvimento do setor turístico, mas principalmente um olhar voltado para a preservação de nossa história e da nossa cultura.

1.4 DEFINIÇÃO DOS OBJETIVOS

1.4.1 Objetivo Geral

Demonstrar a importância do patrimônio arquitetônico do centro da Ilha de Santa Catarina como forma de preservação da identidade local e diferenciação do produto turístico.

1.4.2 Objetivos Específicos

- Definir e delimitar turismo, turismo cultural, patrimônio e patrimônio arquitetônico;
- Referenciar a história e o turismo cultural da Ilha de Santa Catarina;
- Inventariar o patrimônio arquitetônico de interesse turístico do centro de Florianópolis;

1.5 DEFINIÇÃO DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este tópico descreve a metodologia da pesquisa que será utilizada para o alcance dos objetivos do trabalho. Segundo Gil (1991, p. 70), “o delineamento refere-se ao planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto o seu planejamento quanto à estrutura que será empregada na investigação”, como pressuposto para se obter respostas para o problema de pesquisa.

1.5.1 Natureza da Pesquisa

“A pesquisa é desenvolvida mediante o concurso dos conhecimentos disponíveis e a utilização cuidadosa de métodos, técnicas e outros procedimentos científicos”. (GIL, 2002, p. 17).

A metodologia usada na elaboração do presente projeto é exploratória e bibliográfica com intuito de buscar maior esclarecimento para o problema apresentado.

É exploratória a pesquisa que “tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”. (GIL, 2002, p. 41)

“A pesquisa bibliográfica é a que se efetua tentando-se resolver um problema ou adquirir conhecimentos a partir do emprego predominantes de informações advindas de material gráfico, sonoro e informatizado”. (BARROS, LEHFELD, 2000, p. 70), para que se possa verificar várias opiniões de autores renomados, com a intenção de se chegar a melhor resposta possível ao problema apresentado.

1.5.2 Caracterização da Pesquisa

Após a identificação da informação que se deseja obter existem vários tipos de instrumentos de pesquisa que o pesquisador poderá utilizar.

Destes instrumentos foram escolhidos dois que mais se adequam ao propósito desta pesquisa: entrevista e formulário.

Entrevista, segundo Ruiz (1996, p. 51): “consiste no diálogo com objetivo de colher, de determinada fonte, de determinada pessoa ou informante, dados relevantes para a pesquisa em andamento”.

Ainda segundo Ruiz (1996, p. 51): formulário “é uma espécie de questionário que o próprio pesquisador preenche de acordo com as respostas do informante”.

1.5.3 População e Amostra

Para, população Gil (1995, p. 37), “é o conjunto de elementos que possuem determinadas características (empresas, produtos, pessoas, etc.) que serão alvo do estudo. Comumente refere-se à população como o total de habitantes de um determinado lugar. Em pesquisa, por exemplo, a população pode ser definida como “o conjunto de alunos matriculados numa escola; ou os operários filiados a um sindicato; ou todos os integrantes de um rebanho de determinada localidade; ou o total de indústrias de uma cidade; ou toda a produção de televisores de uma fábrica, etc.”

O universo da presente pesquisa é composto pela ilha de Florianópolis e suas arquiteturas históricas como parte de sua cultura e como atrativo turístico.

1.6 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

As limitações encontradas para que o presente trabalho chegasse ao êxito completo diz respeito às dificuldades encontradas em realizar uma entrevista com o professor Peninha, o diretor do Museu da Universidade federal de Santa Catarina, acerca da situação atual do patrimônio histórico-cultural no centro da Ilha de Santa Catarina, bem como sobre a questão da preservação do patrimônio arquitetônico de Florianópolis. Foram várias as tentativas para que o encontro acontecesse, entretanto a realização da entrevista, por motivos alheios a minha vontade, não chegou a se concretizar.

1.7 ORGANIZAÇÃO DO ESTUDO

O presente estudo, que se dispõe a definir e delimitar turismo, turismo cultural, patrimônio e patrimônio arquitetônico, bem como referenciar a história de Florianópolis, dando principal importância ao patrimônio arquitetônico do centro de Florianópolis como uma forma de preservação da identidade local, está dividido em três tópicos principais, sendo estes subdivididos, para que haja uma melhor compreensão do assunto aqui tratado.

No primeiro tópico são apresentadas as questões introdutórias, onde se apresenta a exposição do tema da pesquisa; a definição do problema; a justificativa, ou seja, o porquê da pesquisa; a definição do objetivo geral e dos objetivos específicos; a definição dos procedimentos metodológicos, ou seja, qual é a natureza e a caracterização da pesquisa; e quais foram as dificuldades encontradas para se conseguir desenvolver com sucesso o tema proposto.

O segundo tópico, sem a pretensão de esgotar o assunto, diz respeito ao referencial teórico da pesquisa, onde são expostos e analisados, em um primeiro momento, os conceitos de Turismo, bem como sua evolução histórica, desde sua origem até os dias atuais. Também se desenvolvem as concepções de Turismo Cultural e alguns dos segmentos desta tão abrangente área do Turismo, quais sejam: turismo cívico; turismo religioso; turismo místico e esotérico; e turismo étnico. Em um segundo momento, procura-se delinear o que vem a ser patrimônio, patrimônio arquitetônico e patrimônio cultural. E em terceiro lugar, apresenta-se o Turismo em Florianópolis, sua história, seus aspectos principais, o seu patrimônio histórico e cultural, bem como os resultados com a entrevista realizada com o professor Marcelo Cavalcanti, graduado em História e professor de Metodologia Científica da UNISUL, no curso de Administração (ver anexo B).

O terceiro tópico traz as considerações finais a respeito do tema desenvolvido nesta pesquisa, seguidos das referências bibliográficas usadas como base para o referencial teórico aqui exposto, e em anexo a entrevista realizada pra enriquecer este trabalho.

2 BASE TEÓRICA

2.1 TURISMO

Desde a antiguidade, o homem se desloca de um lugar para outro, sendo os mais variados motivos que o levam a isso, dentre eles o lazer, a religião, os esportes, aqueles por necessidade de conhecimento, dentre outros. Este deslocamento, também chamado de viagens, gera o “Turismo”.

De acordo com a Wikipédia:

Embora não haja uma definição única do que seja **Turismo**, as Recomendações da Organização Mundial de Turismo/Nações Unidas sobre Estatísticas de Turismo, o definem como "as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros."

Dias (2005, p. 13) assevera que:

É no início do século XIX que começam a ser utilizadas as palavras turismo e turista. No dicionário inglês *The Shorter Oxford English Dictionary*, publicado entre os anos de 1810 e 1811, encontravam-se as seguintes definições:

- Turismo: a teoria e a prática de viajar, por prazer.
- Turista: pessoa que faz uma ou mais excursões, especialmente alguém que faz isso por recreação. Alguém que viaja por prazer ou cultura, visitando vários lugares por seus objetivos de interesse, paisagem etc.

Banducci Jr e Barreto (2001, p. 23) definem o turismo como:

um fenômeno extremamente complexo, mutável, que opera de múltiplas formas e nas mais diversas circunstâncias, sendo difícil apreendê-lo, em sua totalidade, por meio de uma única perspectiva teórica ou mesmo de uma única ciência. É necessário, pois, para estudar o fenômeno, diferenciar os seus diversos tipos. Como afirma Cohen (1974; 1979), o turista como tal não existe — o que existe são diferentes modalidades de turistas ou de experiências turísticas. Da mesma forma, é preciso atentar para que tipos de interferência e reações esses diferentes tipos de turismo provocam nas culturas em que atuam.

Parafraseando a obra “Ecologia, cultura e turismo”, de Pellegrini Filho (1997), Margarida Barreto (2000, p. 53), aduz que:

Turismo é movimento de pessoas, é um fenômeno que envolve, antes de mais nada, gente. É um ramo das ciências sociais e não das ciências econômicas, e transcende a esfera das meras relações da balança comercial.

A tendência da humanidade é a de se concentrar nas grandes cidades, o que torna esses núcleos humanos muitas vezes fonte de violência e neurose urbanas.

Dado esse quadro, o lazer é necessário mas não suficiente. O turismo, permitindo ao indivíduo que se distancie de seu meio e de seu cotidiano, torna-se cada vez mais uma necessidade para o bem-estar humano.

Existem diversas definições para turismo, mas, de acordo com Dias (2005, p.18-19), podem ser encontrados alguns elementos comuns em todas elas, quais sejam:

- Há sempre um deslocamento físico de pessoas;
- O turismo não implica necessariamente alojamento no destino;
- A estada no destino nunca é permanente;
- O turismo compreende tanto a viagem como todas as atividades realizadas anteriormente em função da intenção de viajar, e as atividades realizadas durante a permanência no destino escolhido;
- O turismo compreende também todos os produtos e serviços criados para satisfazer as necessidades dos turistas.

Como o turismo é uma atividade humana internacional que objetiva a interação entre os povos, tanto dentro como fora de um país, envolve o deslocamento temporário de pessoas para lugares fora de seu domicílio, abrange as dimensões econômica, social e cultural, onde suas atividades devem ser desenvolvidas objetivando a eficácia, a eficiência e a efetividade, para que possam se tornar duradouras e proporcionar os resultados esperados. Isso nem sempre se constitui tarefa fácil, e o turismo, quando não planejado e monitorado permanentemente, pode gerar muitos efeitos negativos na comunidade receptora.

A atividade turística provoca mudanças profundas na economia local e essas mudanças devem ser direcionadas por um planejamento cuidadoso, voltado para longo prazo.

De acordo com a OMT, existem três tipos básicos de turismo, mostrados por Dias (2005, p. 22):

Turismo interno (ou doméstico): é aquele realizado pelos visitantes que viajam dentro de seu próprio país. (...)

Turismo receptivo: é realizado pelos visitantes que não são residentes no país, na região ou na localidade. (...)

Turismo emissor (ou emissivo): é o turismo realizado pelos residentes para fora do país, da região ou da localidade. (...)

O turismo significa consumo de tempo fora da residência habitual, e é diretamente determinado pela relação entre tempo de trabalho e tempo livre. Castelli (1990, p. 27) *apud* Ouriques (1998, p. 55), ressalta que “através da evasão semanal e anual, procura-se viver novas experiências, conhecer novas formas de vida, novas culturas e povos, descobrir um mundo diferente daquele artificial em que se é forçado a viver”.

Pelo turismo, portanto, o indivíduo entra em contato com o mundo “natural”, através de uma vivência mais harmônica. Para o autor, o turismo é um exercício de liberdade humana, porque, segundo Castelli (1990, p. 121) *apud* Ouriques (1998, p. 55)

a natureza do turismo é aquela de liberdade de movimento das pessoas, portanto, liberdade das comunicações e das trocas nos seus mais variados aspectos. Através do turismo, exercita-se esse direito. [...] ...do ponto de vista humano, o turismo objetiva proporcionar o encontro entre pessoas e que, deste contato, possam surgir laços de amizade, de entendimento e enriquecimento cultural.

Krippendorf (1989), por outro lado, realiza uma análise mais aprofundada do turismo. Para ele, a sociedade industrial desenvolveu a maquinaria das férias, ou ciclo de reconstituição, através da qual o homem se recupera do cotidiano frio e cinzento. Então, para encontrar uma compensação a tudo o que falta no cotidiano, para tudo o que se perde ou que desaparece, o homem viaja, com o desejo de se liberar da dependência social, de se desligar e refazer as energias, desfrutar da independência e da livre disposição do próprio ser, entabular contatos, descansar, viver livremente e procurar um pouco de felicidade.

Portanto, para Krippendorf (1989, p. 45), o turismo:

é uma válvula que permite o relaxamento das tensões, a orientação das esperanças irrealizadas da vida cotidiana para vias socialmente inofensivas. O lazer é uma droga aprovada pela sociedade, um analgésico que dá a ilusão de uma melhoria passageira, mas que não pode curar a doença em si.

É exatamente este o sentido da notável expansão das atividades turísticas para o autor. Um setor que não conhece crises, porque “enquanto os pregadores da igreja só podem prometer o paraíso após a morte, a indústria do turismo já o oferece aqui embaixo.” (IBIDEM, p.45).

O autor considera que um dos grandes problemas ligados ao turismo é a impossibilidade do encontro entre visitantes e visitados, por que:

o que deveria ser um encontro sucumbe à “síndrome do zôo”: uns e outros se observam. O nativo se torna um espetáculo e um tema de fotografias. Por outro lado, também não há como se entender por meio da palavra. E, como o tempo urge, como sempre - afinal temos que proteger nosso dinheiro -, está fora de cogitação qualquer parada para se contemplar um pouco, com toda a tranqüilidade. No hotel ou na praia, só se toma conhecimento dos nativos através de suas funções como serviços: o servente, a arrumadeira, o vigia, os vendedores de souvenirs, o chofer, os músicos, os dançarmos de músicas folclóricas, etc. (IBIDEM, p.113).

Sua proposta implica uma humanização das viagens, através do respeito ao ser humano e ao meio ambiente, de modo a “[...] assegurar a satisfação a nível ótimo das múltiplas necessidades turísticas dos indivíduos de todas as camadas sociais, no âmbito das instalações adequadas e num ambiente intacto, levando em consideração os interesses da população autóctone” (IBIDEM, p.175). É perceptível ainda a idéia de que todos devem se beneficiar com o turismo: “se queremos que o turismo seja mais humano, devemos, antes de tudo, estar seguros de que ele se fundamenta numa transação econômica equitativa que não prejudica a ninguém e que as vantagens e os inconvenientes sejam da mesma extensão dos dois lados” (IBIDEM, p. 184).

Assim sendo, o turismo deve se pautar pela dosagem correta, sem prejuízo ao meio ambiente e priorizando os interesses das populações envolvidas.

Expostas as preliminares, para um melhor entendimento sobre o assunto, passamos a expor a evolução histórica do turismo.

2.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA

O Turismo propriamente dito, segundo a Wikipédia, “nasce no Século XIX, como deslocamento cuja finalidade principal é o ócio, descanso, cultura, saúde, negócios ou relações familiares.” Com o passar do tempo, o turismo deixou de ser uma atividade lúdica para se tornar, de acordo com Dias (2005, p. 32):

um fenômeno mundial que se caracteriza hoje como o maior movimento de massa já ocorrido em toda a história da humanidade e uma atividade econômica, considerada a maior da atualidade, que projeta para os próximos anos um crescimento sem precedentes em relação a qualquer outra criada pelo homem.

Mudança esta que será analisada a seguir.

2.2.1 Das origens até o século XIX¹

As viagens sempre estiveram presentes na vida dos homens. Desde os mais antigos registros até as mais atuais formas de documentar a história. Na vertente religiosa e mítica, por exemplo, temos referências que comprovam a existência de viagens. Êxodo, o segundo livro do antigo testamento da Bíblia Sagrada, retrata a saída do povo hebreu do Egito para a terra prometida. Indo mais longe ainda, aproximadamente 13 mil anos atrás, no período paleolítico, os seres humanos, caracterizados pela subsistência, eram nômades e viviam se deslocando de um lugar para outro em busca de sobrevivência e proteção. Com o tempo, o homem foi aperfeiçoando seus instrumentos e criando novas tecnologias, principalmente com o controle do uso do fogo, ocasionando sérias mudanças em seus hábitos. O homem passou a dominar a natureza, como a agricultura e a domesticação dos animais e aperfeiçoou

¹ Cf. História do Turismo. Dados retirados do site:
<http://www.desvendar.com/especiais/historiadoturismo/introducao.asp>

também as técnicas de construção de canoas, jangadas e barcos, influenciando nas migrações e conquistas de novos espaços.

Por volta de 6000 a.C., o homem passa a utilizar os metais na confecção de armas e utensílios, e ao mesmo tempo as aldeias agrícolas auto-suficientes se transformam em aglomerados urbanos e à medida se organizavam precisavam trocar utensílios e alimentos com outros aglomerados para satisfazer suas necessidades. Nasceram assim as primeiras necessidades de viagens comerciais da história.

O Egito antigo (cerca de 2000 a.C.) representa para o turismo um período marcado pela expansão territorial e pelo início das viagens comerciais com os fenícios, sírios e cretenses, promovendo assim um intercâmbio cultural entre essas nações. Sua economia era baseada na pesca e na pecuária, além da venda de artesanatos. Construíram as pirâmides, templos religiosos, tumbas e túmulos de pedras, que fazem parte do acervo histórico-cultural egípcio e atualmente atraem pessoas do mundo inteiro.

Os Sumérios, volta de 4000 a.C., contribuíram bastante para o comércio, pois inventaram a moeda, a escrita e a roda e são considerados por alguns como os criadores das viagens.

Os fenícios realizaram grandes viagens internacionais, inclusive precedendo os gregos na descoberta do mundo mediterrâneo. Inventaram o alfabeto, que era composto de 22 sinais que correspondiam às consoantes e que mais tarde foi aperfeiçoado por outros povos. Possuíam grandes conhecimentos da astronomia e tinham experiência naval e comercial. Foram colonizados pelos gregos, que se beneficiaram de tais conhecimentos.

As viagens faziam parte da cultura grega. Segundo Dias (2005, p. 32 - 33)

Na antiga Grécia, os gregos realizavam viagens para a visitação ao oráculo de Delfos, que podem ser consideradas precursoras do atual turismo religioso. Essas peregrinações envolviam algum tipo de infra-estrutura de alojamento, alimentação que, embora incipiente, continham os elementos que definem o turismo. De suma importância eram os jogos para os gregos, que, além do caráter esportivo, tinham um aspecto religioso e eram realizados periodicamente, como as Olimpíadas que atraíam até 200.000 pessoas, que esgotavam a água potável e as acomodações, e consumiam muita comida, vinho e suvenires nos cinco dias de jogos. Muitos gregos, filósofos em particular, realizavam viagens para outras regiões com o objetivo de adquirir conhecimentos, numa prática que conhecemos hoje como turismo cultural.

Para muitos estudiosos é a partir deste momento que surge a 1ª fase da História do Turismo. As visitas aos lugares sagrados e, principalmente, aos grandes festivais olímpicos, representaram um grande impulso ao desenvolvimento turístico mundial.

Entretanto, segundo alguns escritores, a primeira cultura a produzir turismo de massa com o intuito de lazer, diversão e prazer foi o Império Romano. Segundo Dias (2005, p. 33):

Já os romanos foram mais completos no que diz respeito a fazer turismo, com atividades de lazer em grande profusão. Os cidadãos romanos de alguma posse possuíam segundas moradias que utilizavam em determinadas épocas do ano. Existiam cidades que prosperavam em função de suas termas. A visitação a locais com monumentos históricos significativos, como a Grécia e o Egito, era freqüente e só não se constitua em atividade de massa pela precariedade dos transportes na época, tal a curiosidade reinante nos domínios de Roma pelo passado. Esses turistas romanos incorriam nos mesmos pecados cometidos pelos atuais, no que diz respeito à depredação do patrimônio histórico, pois faziam inscrições nos monumentos, registrando sua passagem pelo local.³ Os romanos sem dúvida nenhuma desenvolveram uma estrutura de atendimento ao viajante, que muito se aproxima do conceito que temos hoje de turismo.

Neste período foram construídas pontes e estradas, possibilitando viagens mais seguras. Porém, no século V, com as invasões bárbaras e o fim do Império Romano, poucas pessoas se arriscavam a viajar, devido aos constantes assaltos. Isso obrigou as pessoas a transitarem em grupos, surgindo, aos poucos, as cidades feudais. Mesmo assim, de acordo com Dias (2005, p. 33), “no período compreendido entre o fim do Império Romano e o século XV, quando se iniciou o período que denominamos das grandes navegações, ocorreram muitas viagens por motivações religiosas e comerciais.” A Europa medieval possuía uma grande quantidade de santuários e um número crescente de peregrinos que se dirigiam à Terra Santa, a Roma, a Jerusalém, Santiago de Compostela, a Canterbury, sendo considerados os locais mais visitados.

Com o Renascimento (Séc. XV e XVI), surge a Idade Moderna, e com ela uma dupla vertente das viagens. Primeiro em um sentido expansionista e em segundo através do Grand Tour das classes privilegiadas, a precursora do turismo. Dias (2005, p. 33) assevera que:

Durante esse período, a nobreza européia (principalmente a inglesa) enviava seus filhos para viagens educativas que podiam durar até três anos e de modo geral eram acompanhados por um instrutor, um intelectual, que orientava seus pupilos de forma mais ou menos organizada durante a viagem. Esses deslocamentos ocorriam prioritariamente na Europa, além de Grécia e Oriente Médio, regiões consideradas berço da civilização e onde existia um grande número de monumentos expressivos que contribuía para o aumento do *status* social de quem os visse.

O Grand Tour, a princípio (séc. XVI), era restrito principalmente aos filhos de famílias ricas, com propósitos educacionais, porém com o tempo (séc. XVII) tornou-se comum entre as elites britânicas, reunindo ao mesmo tempo prazer e instrução. Entretanto,

com a decadência da nobreza e a ascensão da burguesia (final do séc. XVIII), passou a incorporar elementos plebeus que, conforme aduz Dias (2005, p. 34):

tinham recursos financeiros suficientes para realizarem as mesmas viagens que os nobres. Com uma visão mais voltada para a realização científica e técnica do período, muitas das viagens realizadas nessa época destinavam-se a conhecer os avanços obtidos na industrialização, principalmente na Inglaterra. Essa atração pela técnica e as novas descobertas daria origem no século XIX à realização de grandes feiras mundiais realizadas com esse propósito, que contribuíram para a evolução do turismo.

A partir daí as viagens foram se popularizando e surgiram casas de hóspedes, pousadas e alojamentos.

Podemos considerar o século XIX como sendo o marco inicial do desenvolvimento do turismo moderno. De acordo com a Wikipédia:

Com a Revolução Industrial se consolida a burguesia que volta a dispor de recursos econômicos e tempo livre para viajar. O invento do maquinário a vapor promove uma revolução nos transportes, que possibilita substituir a tração animal pelo trem a vapor tendo as linhas férreas que percorrem com rapidez as grandes distâncias cobrindo grande parte do território europeu e norte-americano. Também o uso do vapor nas navegações reduz o tempo dos deslocamentos.

Os avanços tecnológicos que propiciaram a Revolução Industrial também contribuíram para a facilitação das viagens, ampliando o público em condições de realizá-las. O descobrimento do vapor como fonte de energia que passou a ser utilizada em navios propiciou deslocamentos em massa de pessoas em quantidades jamais vistas antes.

Com a invenção das estradas de ferro iniciou-se uma nova era na história das viagens e do turismo. O transporte, que até então era realizado por carruagens, passa a conduzir uma elevada quantidade de passageiros, com rapidez, segurança e comodidade. Porém, havia um problema: os horários e as tarifas eram complexos e as acomodações econômicas eram muito limitadas, o que colocava em risco o desenvolvimento e a qualidade da atividade turística. (DIAS, 2005)

Mediante tal situação foi que, na Inglaterra, Thomas Cook, em 1841, promove a primeira viagem organizada e em 1851 cria a primeira Agência de Viagens do mundo, a “Thomas Cook and Son”. Também foi ele o primeiro a usar campanhas publicitárias e de marketing para captar clientes. Ganhou reconhecimento internacional e tornou acessível a viagem e o turismo a pessoas da classe trabalhadora e da classe média, gerando o turismo em massa. Algumas de suas idéias foram copiadas e ampliou-se o número de ofertas por outros operadores. O turismo de massa originou as viagens por pacotes, onde a viagem incluía acomodações com pensão completa. Suas idéias eram sempre surpreendentes e mostravam

rapidez em criar novas modalidades para facilitar as viagens. Cook tornou as viagens mais acessíveis, o que motivava cada vez mais as pessoas a viajarem.

Da segunda metade do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, o turismo cresce de forma significativa, atingindo proporções de fenômeno mundial. De acordo com Dias (2005, p. 36), entre as principais preferências e motivações dos turistas no período estão:

- a) as praias, tanto frias do Norte da Europa, como as mais quentes do Mediterrâneo, em especial a Costa Azul francesa;
- b) o termalismo. A afluência aos balneários do centro da Europa (franceses, alemães etc.);
- e) o termalismo e a afluência às praias dão origem a uma atividade social com a organização de uma série de atividades ao redor dos cassinos do Sul da Europa — San Sebastian, Montecarlo etc. e do Norte da Europa;
- d) o contato com a natureza, a paisagem e a prática de esportes de inverno, sobretudo das zonas alpinas da Suíça e da Itália. E uma época em que se criam numerosos centros para excursão.

Embora o turismo tenha incorporado grande contingente de pessoas ao longo do século XIX, ainda continuava uma atividade da elite social. Escritores e artistas usufruíam as novas formas de gestão de viagens, o que facilitava a tomada de decisão dos eventuais consumidores dos pacotes turísticos.

2.2.2 Do século XX até a atualidade

No início do século XX, o surgimento do automóvel permitiu ampliar ainda mais o número de pessoas que viajavam. Segundo Dias (2005, p. 37):

A utilização do automóvel, que aumentou consideravelmente quando Henry Ford partiu para a sua produção em massa, permitiu a incorporação de amplas camadas da população no turismo, o que tornou necessária a construção de rodovias que permitissem o deslocamento massivo de veículos que transportavam pessoas que viajavam pelo prazer de dirigir e para conhecer novos caminhos. Entre as décadas de 20 e 40 cresce o turismo de circuitos, baseados na utilização do automóvel, que, devido aos avanços tecnológicos e às novas formas de gestão aplicadas na sua produção, começa a ser mais rentável que o trem.

Podemos dizer, então, que o automóvel trouxe importantes contribuições para o desenvolvimento do turismo.

Em 1936 ocorreu a primeira convenção internacional de trabalho, criada com o objetivo de conseguir férias remuneradas para os trabalhadores, sendo este um marco fundamental para o crescimento do turismo nos próximos anos. E ainda durante a Segunda Guerra Mundial, as legislações nacionais estabeleceram de forma explícita o período

obrigatório de férias, desenvolvendo-se o que convencionamos chamar hoje de Turismo Social. (DIAS, 2005)

A partir do ano de 1945, o turismo ganha um novo aliado, a aviação, que ampliou o número de destinos turísticos, pois permite cruzar, com comodidade e num curto espaço de tempo, os oceanos.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, aconteceu a recuperação econômica dos países europeus e do Japão, a consolidação da classe média, a melhoria da infra-estrutura e dos meios de transporte, a melhoria das condições de trabalho. Estes e outros fatores favoreceram o crescimento do turismo, que se transformou no maior movimento de massas já ocorrido na história da humanidade. (DIAS, 2005)

A década de 70 foi marcada pelo aumento dos preços do petróleo e, conseqüentemente, dos serviços turísticos, produzindo-se uma recessão no setor. Porém, na década de 80 inicia-se uma recuperação. Segundo Dias (2005, p. 39-40) as características desse período são: Evolução do transporte; Forte crescimento da indústria turística; Aplicação de novas tecnologias na indústria turística; Política de cooperação internacional; Tendências dos mercados emissores e receptores; Concentração empresarial.

Neste período consolidam-se as empresas multinacionais relacionadas com o turismo, em particular as cadeias de hotéis, e ao mesmo tempo consolidam-se e crescem as operadoras turísticas.

Da década de 90 ao início do século XXI, crescem as modalidades de turismo alternativo, destacando-se o turismo voltado para a natureza, o ecoturismo. Neste período, assevera Dias (2005, p. 40):

O turista torna-se mais exigente com o produto, cobrando qualidade em todos os subprodutos que utiliza durante a viagem. Por outro lado, a consciência ambiental também cresce, fazendo com que interfira na escolha dos destinos.

O turismo experimenta um processo de crescimento sem precedentes, tornando-se o maior movimento de pessoas já ocorrido na história da humanidade; ascende à posição de principal atividade econômica mundial, superando setores tradicionais, como o setor petrolífero, automobilístico e eletrônico, e as previsões da OMT apontam um aumento dessa tendência para o futuro.

Neste período, o processo de globalização em curso, bastante acelerado pela revolução científico-tecnológica apresenta diversos fatores que contribuem para a expansão do turismo. Atualmente, as distâncias entre diferentes pontos do globo tornam-se cada vez menores no que diz respeito ao tempo e ao espaço. Podemos nos comunicar instantaneamente com pessoas situadas no outro extremo do mundo. As relações sociais já não dependem exclusivamente da proximidade física. A gama de informações trocadas diariamente no

mundo todo aumenta a curiosidade, o desejo de conhecer outras pessoas, outros lugares e outros povos.

Esta globalização, conforme assevera Dias (2003, p. 14), por sua vez:

remete a interdependência crescente entre os diversos processos econômicos, culturais, sociais e ambientais que ocorrem em todo o planeta; (...)

O turismo transformou-se numa das mais importantes faces da globalização, contribuindo para estreitar as distâncias entre as diversas partes do globo e, ao mesmo tempo, para o aumento de uma consciência global. Diferentes povos, através da atividade turística, passam a compreender o lugar que ocupam no mundo e a ligação que possuem uns com os outros.

As modificações acarretadas pela globalização, principalmente a revolução técnico-científica ocorrem em todos os campos: econômico, cultural, político, social, ambiental etc. e, apresentam características inovadoras do ponto de vista de sua difusão, provocando o surgimento de tendências em várias áreas que influenciam diretamente o turismo. Entre os fatores relacionados com a globalização que contribuem para o crescimento do turismo, Dias (2005, p. 43) apresenta o seguinte quadro:

Fatores econômicos	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégias de integração horizontais e verticais nas empresas turísticas. • Investimentos diretos estrangeiros das empresas turísticas transnacionais. • Alianças estratégicas e atuação global das empresas. • Gerência turística global das empresas.
Fatores tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento das telecomunicações e da Internet. • Melhoria da promoção turística, graças aos meios massivos eletrônicos; a televisão melhorou a publicidade dos destinos turísticos. • Aumento da especialização das operadoras turísticas, que realizam a coordenação e a organização das viagens em pacotes. • Sistemas de transportes com tecnologias padronizadas nos aeroportos e outros lugares.
Fatores culturais	<ul style="list-style-type: none"> • O mundo se tomou menor devido aos efeitos da globalização e aos avanços tecnológicos. Na maioria das sociedades industrializadas, as viagens internacionais tornaram-se acessíveis para a classe média. • Aumento da segmentação do mercado de turismo atendendo a diversos interesses. Entre estes a ampliação do leque de ofertas de turismo voltada para a natureza, e neste o ecoturismo.
Fatores políticos	<ul style="list-style-type: none"> • Crescente importância das organizações turísticas internacionais. • Necessidade de coordenação e regulamentação do turismo em nível mundial. • Turismo sustentável como desenvolvimento desejável.

	<ul style="list-style-type: none"> • Incorporação de novos espaços para o turismo em função da queda do muro de Berlim (1989) e do esfacelamento da União Soviética (1991). • Incorporação de novos espaços para o turismo com a maior abertura de países politicamente mais fechados, como Cuba, China, Líbia, etc.
--	--

Fonte: Dias (2005, p. 43).

Estas tendências são apresentadas de um modo geral, podendo a essas agregarem-se outras, principalmente quanto à maior interação entre as realidades locais e a global.

Na atualidade, a vantagem econômica é uma das principais bandeiras defendidas pela atividade turística. De acordo com Dias (2005), a importância do turismo nas economias nacionais de muitos países tem crescido rapidamente, aumentando a necessidade de melhorar e ampliar as estatísticas de turismo, bem como integrá-las com outras atividades econômicas.

Lage e Milone (1991, p. 22), ao tratarem da Economia do Turismo, realizam uma análise que privilegia os aspectos econômicos e dão especial ênfase à micro e macroeconomia do turismo. Para eles, o turismo pode ser caracterizado por um tipo de serviço à disposição dos homens da sociedade industrial moderna, que passa a integrar a vida de todas as nações e contribui de maneira significativa para o desenvolvimento em outros setores, o que o torna imprescindível para as atividades econômicas do século XX. Esses autores destacam que: “[...] O turismo é uma clara manifestação de liberdade do homem, é chamado de quinta liberdade, ou seja, a liberdade de ir e vir. Mesmo sendo considerado um bem de luxo, o turismo pode ser, nos dias atuais, praticado pela maioria dos indivíduos” (ibidem, p. 70).

Faz-se necessário comentar que o turismo provoca mudanças econômicas, sociais, culturais e ambientais significativas que, se não forem bem dimensionadas, podem tornar o turismo um problema para quem explora essa atividade, provocando a destruição de modos de vida tradicionais e de regiões ecologicamente preservadas. No entanto, os benefícios que o turismo traz são tão significativos que os riscos que possa trazer na maioria das vezes são minimizados. Molina (1997) *apud* Dias (2003, p. 16), destaca alguns destes pontos positivos:

- 1) gera divisas que contribuem para cobrir o déficit na balança de pagamentos; grande parte dessas divisas destina-se ao pagamento das importações e, mais recentemente, a saldar parte dos compromissos financeiros contraídos com os banqueiros internacionais;
- 2) cria empregos, o que permite incorporar na vida econômica pessoas desempregadas, subempregados ou que acabam de ingressar no mercado de trabalho;
- 3) empregos são criados com um investimento comparativamente inferior ao exigido por outros setores da economia;
- 4) contribui para o desenvolvimento regional, fato significativo em países que se destacam pela concentração da atividade econômica, da renda e da riqueza;
- 5) aproveita recursos renováveis, característica esta que será válida, no caso dos atrativos naturais, quando na exploração dos mesmos tenham sido incorporados critérios de conservação;

- 6) contribui para o resgate e a conservação dos usos e costumes locais, de manifestações folclóricas, artesanais etc.;
- 7) em conjunto com outras atividades econômicas, pode atuar como força motora para impulsionar o desenvolvimento regional;
- 8) nos países onde os deslocamentos do turismo interno são importantes, promove-se maior identificação entre as pessoas da mesma nacionalidade;
- 9) favorece uma rápida distribuição geográfica da renda;
- 10) tem um efeito multiplicador significativo no conjunto da economia nacional;
- 11) recupera e conserva valores e fatos de caráter histórico.

Estes são apenas alguns dos aspectos positivos que o turismo, se bem estruturado, pode acarretar. Esta análise, como visto, utiliza como bandeira de defesa do turismo as “vantagens econômicas” proporcionadas, não estando restrita sua defesa aos teóricos do assunto e aos políticos do poder institucionalmente constituído, mas, sobretudo, incluindo as vozes que se erguem em outros segmentos sociais.

Há um destaque todo especial aos impactos positivos e negativos do turismo. Lage e Mione ((1991) sustentam que o turismo, sob o primeiro aspecto, pode aumentar a renda do lugar visitado, via entrada de divisas; pode estimular os investimentos e gerar empregos (por ser uma “indústria” intensiva em mão - de - obra) e, por fim, pode ser um meio de redistribuição de riquezas, porque o turista, ao receber renda em um lugar e gastar em outro, está compartilhando a renda com a população local. Sob o segundo aspecto, eles alertam que o turismo pode gerar pressão inflacionária; criar uma grande dependência com relação a tal atividade; implicar custos sociais e ambientais e, finalmente, levar à alterações nas prioridades de investimentos (quando o turismo torna-se prioritário a gastos fundamentais, por exemplo). Para eles, o turismo, se for planejado com eficiência, pode se tornar promotor do desenvolvimento econômico em países como o Brasil, desde que o Estado crie:

[...] mecanismos favoráveis para os investimentos turísticos, através de: regulamentações, incentivos, subsídios, créditos, assessoria técnica, taxas preferenciais, facilidades especiais, ajuda nos custos operacionais, recrutamento e treinamento de mão-de-obra, incentivos e ajudas fiscais (LAGE E MIONE, 2001, p.112).

Podemos perceber claramente que os autores atribuem ao Estado o papel de “facilitador da prática empresarial”, algo comum em abordagens economicistas.

Nos dias de hoje é grande a diversidade da oferta turística mundial em relação às tendências da demanda o que tem gerado a expansão do mercado e com ele surgem variados segmentos turísticos, como por exemplo, o Ecoturismo, o Turismo Cultural, o Turismo Rural, o Turismo de Aventura, entre outros. Como o presente trabalho tem como um de seus objetivos delimitar o Turismo Cultural, o capítulo seguinte se propõe a vislumbrar os principais aspectos que envolvem este segmento do Turismo.

2.3 TURISMO CULTURAL

Desde os primórdios dos tempos até os dias atuais, a cultura é uma das principais razões que leva o homem a viajar. A atividade turística é produto da sociedade capitalista industrial e se desenvolveu sob o impulso de motivações diversas, que incluem o consumo de bens culturais.

De acordo com o documento orientativo apresentado pelo Ministério do Turismo (MTur), intitulado “Turismo Cultural: Orientações Básicas” (p. 9-10):

com o tempo, modificou-se, porém, a forma como os inúmeros turistas visitam atrativos turísticos culturais. A própria noção de cultura anteriormente ligada à idéia de civilização ampliou-se e passou a incluir todas as formas de ser e fazer humanos. Dessa forma, entende-se que todos os povos são detentores de cultura. Turismo Cultural compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura.

Funari e Pinsky (2001, p. 15) o definem assim: “O turismo cultural, tal qual o concebemos atualmente, implica não apenas a oferta de espetáculos ou eventos, mas também a existência e presença de um patrimônio cultural representado por museus, monumentos e locais históricos.”

A definição de Turismo Cultural está relacionada à motivação do turista, e segundo o MTur (p. 10):

especificamente a de vivenciar o patrimônio histórico e cultural e determinados eventos culturais, de modo a experienciá-los e preservar a sua integridade. Vivenciar implica, essencialmente, em duas formas de relação do turista com a cultura ou algum aspecto cultural: a primeira refere-se ao *conhecimento*, aqui entendido como a busca em aprender e entender o objeto da visita; a segunda corresponde a *experiências participativas, contemplativas e de entretenimento*, que ocorrem em função do objeto de visita.

Turismo Cultural é tudo que diz respeito a cultura humana, abrangendo a história, as artes, as sociedades, ou seja, todos os aspectos que estejam ligados a cultura. A Organização Mundial do Turismo (OMT) define turismo cultural quando os turistas procuram por estudos, por artes cênicas, por tradições folclóricas, por sítios arqueológicos ou históricos (BARRETTO, 2000).

De acordo com reportagem feita por Chiozzini (2006) e segundo uma pesquisa feita a pedido do Ministério do Turismo, o turismo cultural aparece em terceiro lugar nas preferências daqueles que viajam pelo Brasil, só perdendo para o ecoturismo e para o turismo

de aventura. O repórter cita Gabriela Nicolau dos Santos, professora do curso de turismo da Faculdade de Sergipe (FaSe), segundo a qual:

a prática do indivíduo deslocar-se de um local para outro motivado pela vontade e necessidade de enriquecimento cultural já existia em sociedades passadas, como por exemplo na Inglaterra, após a Idade Média: “Realizar essas viagens conferia para os que se aventuravam status e reconhecimento, uma vez que, tendo viajado por cerca de aproximadamente 3 anos (tempo de duração do chamado *Grand Tour*), esses nobres adquiriam conhecimentos sobre lugares por onde haviam passado e seus respectivos povos, que os tornavam, após a viagem, aptos para assumir importantes papéis em seu local de origem”, afirma.

A pesquisadora esclarece que, embora esse tipo de deslocamento não fosse denominado “turismo”, já anunciava o que viria a se tornar um fenômeno recente: “Hoje chamamos de turismo cultural esse tipo específico de viagem, intimamente associado à educação patrimonial”, esclarece. No entanto, ainda existe um caminho a ser percorrido: “A capacidade de “ensinar” ao viajante, traduzindo e esclarecendo informações relacionadas com a história do lugar, fazendo com que o patrimônio deixe de ser objeto de mera contemplação e passe a ser um meio de conhecer sua própria cultura e identidade, é o desafio de parte dos profissionais que trabalham com o turismo”, afirma Gabriela dos Santos.

Ainda segundo esta reportagem e de acordo com Carolina Juliani de Campos, consultora do Ministério do Turismo (Mtur), o turismo cultural é:

uma via de valorização do patrimônio: “Além de proporcionar o conhecimento e o respeito ao patrimônio, já que só preservamos aquilo que conhecemos, cria-se a possibilidade de uma sustentabilidade econômica para preservação dos bens em questão, por meio de taxas pagas pelos turistas visitantes”, afirma.

A consultora também afirma que o terceiro lugar atingido pelo turismo cultural na pesquisa encomendada pelo Ministério do Turismo revela que esse segmento apresenta um grande potencial de crescimento, pois existe uma demanda concreta, mesmo considerando as carências existentes: “apesar de existirem poucos serviços oferecidos na área de turismo cultural e também não existam grandes associações daqueles que trabalham nesse segmento, o interesse demonstrado pela pesquisa indica que ainda temos muito a crescer”, afirma.

O Turismo com base no legado cultural faz com que a comunidade de um determinado local atue no processo de recuperação da memória coletiva, reconstruindo sua história, permitindo também que a comunidade tenha consciência do papel fundamental que sua cidade teve ou tem em uma determinada época da história.

As características básicas do turismo cultural não se expressam pela viagem em si, mas por suas motivações, que dizem respeito à disposição e ao esforço de conhecer, pesquisar e analisar dados, obras ou fatos, em suas variadas manifestações, como: representações religiosas, rotas e roteiros, festivais de música, cinema e teatro, manifestações populares, lendas, exposições de arte, entre outras.

A utilização turística dos bens culturais requer que se valorize e promova tais recursos, difundindo o conhecimento sobre esses bens e facilitando seu acesso e usufruto a

moradores e turistas. Porém, a manutenção de sua dinâmica e permanência no tempo como símbolos de memória e de identidade devem ser preservados.

Segundo Dias (2003, p. 24):

A atividade turística, por colocar em contato pessoas culturalmente diferentes, deve ser considerada potencialmente problemática se não for bem administrada. Culturas diferentes devem ser respeitadas, consideradas em toda a sua complexidade e principalmente preservadas, pois representam parcelas da sociedade global, que, se desaparecerem, estarão irremediavelmente perdidas para sempre. Dialectos locais, por exemplo, identificam uma comunidade e são importantes componentes da identidade local. Sua ridicularização, ou inferiorização perante linguajares outros, principalmente urbanos dos grandes centros, representa uma manifestação equivocada de etnocentrismo e de desrespeito à diversidade. Um dialeto local representa o estado atual de um processo contínuo, que pode ter levado séculos, de construção de um linguajar próprio da comunidade que contribuiu para a construção de sua identidade. Sua ridicularização ou inferiorização leva à destruição da autoestima das pessoas, quando, na realidade, o falar diferente não tem nada de errado, e muito menos de inferior, quando está integrado a um processo histórico.

O turismo produz diversos impactos culturais nas localidades que desenvolvem tal atividade, gerando conseqüências positivas e negativas para a comunidade local. Entre os mais importantes aspectos positivos, do ponto de vista cultural, a serem considerados, de acordo com Dias (2005, p. 124), são:

a) A conservação da herança cultural

o turismo pode ser um estímulo importante para a preservação e a conservação da herança cultural de uma localidade, região ou país, pois se justifica como necessário para manter um atrativo turístico que gerará receitas para a comunidade como um todo e para a própria manutenção do patrimônio cultural. Entre estes se encontram a conservação de lugares históricos, sítios arqueológicos e paleontológicos, diferentes estilos arquitetônicos, a revitalização das artes tradicionais, do artesanato, da dança, música, festas, cerimônias, rituais, vestimentas, e mesmo alguns aspectos do estilo de vida tradicional.

b) Fortalecimento da identidade cultural

Ao se colocarem em contato, as culturas dos turistas e dos residentes são colocadas num plano de comparação mútua, em que ficam claras as diferenças. Ao se colocarem frente a frente, portanto, emerge um sentimento de pertencer a um grupo social particular diferente dos outros que chegam. Em muitos casos, se desenvolve um sentimento de orgulho de pertencer a algo singular, diferente, e que passa a ter valor com o turismo. A atividade turística tem essa particularidade, de reforçar e muitas vezes renovar culturas que se sentiam marginalizadas do processo econômico e que, com o turismo, passam a ter a chance de, mantendo suas características particulares, se manterem numa economia de mercado.

c) Intercâmbio intercultural

o turismo promove o intercâmbio entre diferentes culturas com o contato entre turistas e residentes locais, que resulta em mais compreensão e respeito mútuos, tolerância em relação a valores, hábitos e costumes diferentes e aceitação da pluralidade cultural como um aspecto importante da humanidade. O turismo doméstico realizado dentro de um país contribui para o desenvolvimento de um senso de unidade nacional, quando diferentes grupos sociais compreendem que

possuem diferenças que devem ser respeitadas, mas no entanto apresentam muitas semelhanças que os fazem pertencer a uma mesma nação.

Convém ressaltar que os deslocamentos motivados por interesses religiosos, místicos, esotéricos, cívicos e étnicos são aqui entendidos como recortes no âmbito do Turismo Cultural e podem constituir outros segmentos para fins específicos: Turismo Cívico, Turismo Religioso, Turismo Místico e Esotérico e Turismo Étnico. O Turismo Gastronômico, entre outros, pode também instituir-se no âmbito do Turismo Cultural, desde que preservados os princípios da tipicidade e identidade.

2.3.1 Turismo cívico

O Turismo Cívico é aquele que ocorre em função de visitas turísticas motivadas pelo conhecimento de monumentos, fatos, observação ou participação em eventos cívicos, que representem a situação presente ou a memória política e histórica de determinados locais. De acordo com as orientações básicas apresentadas pelo Ministério do turismo:

Entendem-se como monumentos as obras ou construções que remetem à memória de determinado fato relevante ou personagem. Os fatos são ações, acontecimentos e feitos realizados, ou que estejam ocorrendo na contemporaneidade. Do ponto de vista turístico, eles podem atrair pessoas para conhecerem os locais onde se efetivaram, de forma a compreender o seu contexto e suas particularidades. Neste caso, tais monumentos e fatos diferenciam-se dos demais por seu caráter cívico, ou seja, relativos à pátria. Os eventos cívicos são as programações em que o Estado, seus símbolos e datas são celebrados pelos cidadãos.

Englobam-se aqui as comemorações de feriados nacionais relacionados a fatos e personagens da pátria, os eventos para troca de bandeiras, as posses de presidentes, governadores e prefeitos, as visitas guiadas a lugares de evocação do espírito cívico de uma nação, entre outros. Assim, esse tipo de turismo abrange elementos do passado e do presente relacionados à pátria: fatos, acontecimentos, situações, personagens e monumentos referentes a feitos políticos e históricos. (www.turismo.gov.br)

Cabe ressaltar que este tipo de deslocamento turístico pode ocorrer tanto no país de origem do turista quanto em qualquer outro lugar do mundo. As temáticas envolvidas podem relacionar-se à política municipal, estadual, nacional ou internacional.

O Turismo Cívico é praticado pelos visitantes em instalações de monumentos pátrios e órgãos governamentais, em estados e cidades de relevância histórica.

No Brasil temos como exemplo de segmento turístico a capital do país, Brasília, que segundo Hollanda (1997):

sempre foi conhecida como a capital do tédio nos finais de semana, devido às poucas opções de lazer que oferece. Essa situação começou a mudar no final de novembro do ano passado com a abertura à visitação pública, aos sábados e domingos, do Congresso Nacional, do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Palácio do Itamaraty. Com essa iniciativa, a capital do País passou a atrair centenas de turistas e agradou os moradores da cidade que estão aproveitando os fins de semana para ver de perto os cenários que só conheciam pela tevê ou pelas fotos de jornais e revistas. O sucesso tem sido tão grande que novas atrações devem ser incluídas no circuito do "turismo cívico" a partir de fevereiro: o Palácio do Planalto e o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Muito importante: entra-se para visitar esses locais sem pagar nada.

O turismo cívico-cultural é uma modalidade que leva milhões de pessoas, anualmente, a percorrer cidades como Washington (nos Estados Unidos), Ottawa (no Canadá) e Londres (na Inglaterra), entre outros centros com status de capital. E este tipo de turismo tem se transformado numa das principais atrações de Brasília. A idéia, já incorporada ao dia-a-dia de endereços conhecidos como os palácios do Congresso Nacional e do Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, é levar os visitantes a descobrirem o que há por trás das arrojadas e pós-modernas linhas dos famosos cartões postais da cidade.

2.3.2 Turismo Religioso

O Turismo Religioso decorre da atividade turística que envolve a busca espiritual e a prática religiosa em espaços e eventos relacionados à religião. Conforme Beni (2003), este é um segmento de turismo, pois, há um grande deslocamento de peregrinos, portanto turistas potenciais, para centros religiosos motivados pela fé e distintas crenças. Utilizam equipamentos e serviços turísticos como transporte, alimentação, hospedagem, entre outros.

Segundo as orientações básicas apresentadas pelo Ministério do turismo, em sua página 12, este segmento turístico:

Está relacionado às religiões institucionalizadas tais como as de origem oriental, afro-brasileiras, espíritas, protestantes, católica, compostas de doutrinas, hierarquias, estruturas, templos, rituais e sacerdócio.

A busca espiritual e a prática religiosa, neste caso, caracterizam-se pelo deslocamento a locais e para participação em eventos para fins de peregrinações e romarias; retiros espirituais; festas e comemorações religiosas; apresentações artísticas de caráter religioso; encontros e celebrações relacionados à evangelização de fiéis; visitação a espaços e edificações religiosas (igrejas, templos, santuários, terreiros); realização de itinerários e percursos de cunho religioso e outros.

As viagens motivadas pelo interesse cultural religioso representam importante legado artístico e arquitetônico, pois são compartilhados entre os turistas interesses sagrados e profanos de religiões e crenças.

2.3.3 Turismo Místico e Esotérico

O documento orientativo: Turismo cultural: Orientações Básicas, p. 12, do MTur apresenta as contribuições da Prof.^a Dra. Deis Siqueira (Universidade de Brasília, 2003), para quem:

O Turismo Místico e o Turismo Esotérico caracterizam-se pelas atividades turísticas decorrentes da busca da espiritualidade e do auto-conhecimento em práticas, crenças e rituais considerados alternativos.

Opta-se, nesta definição, pela utilização conjunta e não exclusiva dos termos *Turismo Místico* e *Turismo Esotérico*, uma vez que o misticismo e o esoterismo estão relacionados às novas religiosidades, sendo que suas práticas se dão, muitas vezes, concomitantemente, tornando difícil separá-los em um produto turístico exclusivamente de caráter místico ou de caráter esotérico. Nesse sentido, para fins de caracterização de produtos turísticos, poderão ser utilizados os termos Turismo Esotérico ou Turismo Místico ou Turismo Místico-Esotérico.

Há atualmente uma tendência pela busca de novas religiosidades ou nova espiritualidade, desvinculadas das religiões tradicionais, o que se dá pela manifestação de crenças, rituais e práticas alternativas, associadas ao misticismo e ao esoterismo.

Assim sendo, este tipo de turismo refere-se ao deslocamento de pessoas em busca de novos contatos e vivências de tais práticas. Podemos citar como exemplos de atividades típicas desse tipo de turismo: as caminhadas de cunho espiritual e místico, as práticas de meditação e de energização, entre outras.

2.3.4 Turismo Étnico

O Turismo Étnico se constitui, conforme as diretrizes dadas pelo Mtur, (p. 13), de atividades turísticas que envolvem a vivência de experiências autênticas e o contato direto com os modos de vida e a identidade de grupos étnicos, onde:

O turista busca, no caso, estabelecer um contato próximo com a comunidade anfitriã, participar de suas atividades tradicionais, observar e aprender sobre suas expressões culturais, estilos de vida e costumes singulares. Muitas vezes, tais

atividades podem articular-se como uma busca pelas próprias origens do turista, em um retorno às tradições de seus antepassados.

Esse tipo de turismo envolve as comunidades representativas dos processos imigratórios europeus e asiáticos, as comunidades indígenas, as comunidades quilombolas e outros grupos sociais que preservam seus legados étnicos como valores norteadores de seu modo de vida, saberes e fazeres.

Para que este segmento de Turismo se desenvolva é necessário, em primeiro lugar, saber quais são as suas principais características e compreender as motivações e o perfil dos turistas que buscam as experiências nele expressas, para que as vivências étnicas sejam transmitidas, cuidando que não sejam desvirtuadas de sua origem.

2.4 PATRIMÔNIO

A palavra patrimônio pode assumir diversos significados. Originalmente, sua abrangência estava circunscrita diretamente aos bens materiais. Foi no século XVIII, na França, que passou-se a entender como patrimônio os bens que estavam protegidos por lei e pela ação de órgãos especialmente constituídos.

A sociedade em que vivemos hoje é influenciada pelos avanços tecnológicos, que proporcionam facilidade de comunicação e de deslocamento de pessoas, integração econômica, política e cultural. Estes avanços geraram a chamada globalização, que tornou-se algo comum em nossas vidas, onde o nosso cotidiano fica cada vez mais padronizado. Isso tem levado as pessoas a buscarem suas raízes, e as diferenças e diversidades culturais encontram espaço na sociedade do século XXI. Segundo Reis (s/d) :

Estamos redescobrimo o local em contraposição ao global, as manifestações culturais, as tradições e as peculiaridades. Estamos (re)apreendendo a olhar para o patrimônio como um bem que representa identidade e que exterioriza o valor de uma cultura, de algo que pode ser a expressão de uma conjuntura histórica, a leitura de uma concepção social ou a manifestação de uma tradição. É justamente na exaltação no novo, na busca frenética da adequação às tendências que reside a preocupação como o patrimônio, ou seja, a valorização de bens que representam referências culturais ou naturais que simbolizam a diferença e a diversidade, diante de um mundo em que parâmetros globais são referências de vida.

O patrimônio deve ser definido como um bem cultural, que desperta o sentimento de valor e identidade e que expressa a própria cultura. Isso faz-se necessário, principalmente pelo crescimento desordenado que existe nas cidades, pela especulação imobiliária, por novos valores e estilos de vida, que podem gerar impactos irreversíveis nos patrimônios. Deve-se

preservar, conservar e restaurar o patrimônio de cada lugar, com o objetivo manter a identidade e a herança cultural, mantendo um passado que precisa estar vivo para a posteridade.

Segundo Barretto (2000, p. 47):

Além da questão identitária, a recuperação de memória leva ao conhecimento do patrimônio e este, à sua valorização por parte dos próprios habitantes do local. Um monumento ou prédio dificilmente será alvo de um ato de vandalismo, por exemplo, por parte de alguém que conhece seu significado, que conhece o que ele representa para sua própria história como cidadão, simplesmente porque se identificará com aquele monumento ou prédio.

Para que possamos preservar o patrimônio como um todo é necessário primeiramente, educar toda a sociedade da importância do patrimônio, oferecendo a esta, meios que possa reconhecer o que o ser humano produz ou produziu culturalmente em determinada época, pois “só preserva quem realmente conhece”.

Ao se falar em patrimônio, não se deve olhar apenas para o passado, pois, no permanente processo cultural em que todos estão inseridos, é importante o registro tanto de facetas passadas como de atuais, integrantes do complexo sociocultural. Contendo um valor simbólico no contexto da sociedade em que ocorrem, os traços culturais devem ser tratados e registrados como bens patrimoniais. De acordo com Lemos (1981) apud Pellegrini Filho (1997, p. 93):

Assim, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha. Preservar também é gravar depoimentos, sons, músicas populares e eruditas. Preservar é manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares. É fazer, também, levantamentos, levantamentos de qualquer natureza, de sítios variados, de cidades, de bairros, de quarteirões significativos dentro do contexto urbano. É fazer levantamentos de construções, especialmente decorrentes da especulação imobiliária.

Devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural.

A opção pelo desenvolvimento turístico deve conciliar seus objetivos de manutenção do patrimônio com o uso destes. O uso turístico deve sempre atuar no sentido do fortalecimento das culturas. Assim, a atividade turística é incentivada como estratégia de preservação do patrimônio, em função da promoção de seu valor econômico.

2.4.1 Patrimônio Arquitetônico

Atualmente, pode-se perceber um crescente interesse pelo conhecimento dos aspectos históricos e culturais que fazem parte do patrimônio arquitetônico. De acordo com Colin (2000, p. 21):

Sob o ponto de vista antropológico, os remanescentes arquitetônicos são um produto cultural na medida em que se apresentam como evidências materiais ou testemunhos de experiências vividas, individual ou coletivamente. São um referencial ou marco histórico-cultural, capazes de reter em si uma série de informações (conteúdo formal, social, psicológico, histórico) e evocar sentimentos.

Conhecer os fatos históricos que dizem respeito ao patrimônio proporciona uma maior compreensão do que é o turismo arquitetônico e cultural, conseqüentemente isso favorece a sua apreciação. Ao se estimular a valorização dos bens culturais imóveis, entre os quais se incluem os núcleos urbanos, os bens individuais, os sítios arqueológicos e paisagísticos. Os remanescentes arquitetônicos sobressaem-se como elementos de grandes potencialidades de usufruto, tanto pela população residente como pelos turistas, quando convertidos em atrativos das atividades de turismo e lazer e integrados a uma prática de educação patrimonial.

Especialistas e arquitetos, de vários países, preocupados com a restauração e preservação de obras arquitetônicas de valor histórico e artístico, passaram a discutir e refletir sobre o valor do bem patrimonial. Segundo Pellegrini Filho (1997), a partir de fins do século XIX, estes profissionais passaram a debater a questão da conservação, restauração, proteção, intervenção, reconstrução e revitalização de imóveis históricos, com base nos acervos arquitetônicos existentes. Destas preocupações, algumas decisões foram tomadas no sentido de definir estratégias e medidas para a manipulação destes bens arquitetônicos, que se convencionou chamar de patrimônio (histórico-cultural) de um povo.

A partir destas decisões foram articulados vários documentos, dentre os quais se destacam, de acordo com Goya (1998, p. 3):

1933 - Carta de Atenas: recomenda não demolir edifícios ou conjuntos arquitetônicos remanescentes de culturas passadas.

1964 - Reunião da UNESCO, Paris: recomenda evitar a transferência de propriedades de bens culturais. Afirma serem bens culturais os bens móveis e imóveis de grande importância no patrimônio cultural de cada país, como as obras de arte e de arquitetura, os manuscritos, os livros e outros bens de interesse artístico, histórico ou arqueológico, documentos etnológicos, os espécimen-tipos da flora e da fauna, as coleções científicas e as coleções importantes de livros e arquivos, incluindo os arquivos musicais.

1964 - Carta de Veneza: recomenda a preservação de construções isoladas ou em conjunto, observando a necessidade de dar-lhes uma função.

[...]

1968 - Recomendações de Avignon, França: recomenda medidas de preservação.

[...]

1972 - Conferência Geral da UNESCO, Paris: define e especifica Patrimônio Cultural em nível internacional, classificando-os em Monumentos, Conjuntos e Lugares.

A criação do SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1937 institucionalizou a questão do Patrimônio Histórico e Artístico no Brasil. Na década de 70 um grande incentivo foi o "Programa de Reconstrução das Cidades Históricas". Durante a década de 80 com a dívida externa e a grande instabilidade econômica diminuiu o volume de investimentos estatais nesta área. A política neoliberal dos anos 90 provocou [...] um retrocesso na política nacional do patrimônio.

É preciso mencionar que, apesar destes e outros documentos serem subsídios para a preservação do patrimônio arquitetônico cultural, o crescimento capitalista desenfreado das cidades brasileiras tem provocado sérios prejuízos na estrutura patrimonial do país. Isto é ainda mais grave nos centros históricos dos municípios-sedes de regiões metropolitanas. É preocupante quando se verifica que o patrimônio histórico é considerado como um entrave no crescimento das cidades, nas transações imobiliárias em áreas centrais urbanas. Conseqüência disto é o acelerado ritmo de destruição do passado cultural.

Apesar do temor de que o turismo de massas prejudique a integridade do patrimônio sempre ter existido, o turismo que tem como principal atrativo a oferta cultural histórica tem contribuído para manter prédios, bairros e até cidades, evitando que sejam substituídos por novas formas arquitetônicas. De acordo com Barreto (2000, p. 42):

A manutenção do patrimônio histórico, em sentido amplo, faz parte de um processo maior ainda, que são a conservação e a recuperação da memória, graças à qual os povos mantêm sua identidade: "A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia".

Ainda de acordo com Barreto (2000, p. 42), poder-se-ia dizer do legado cultural o mesmo que se disse sobre as ruínas e os monumentos: "Mantêm a continuidade cultural, são um nexos dos povos como o seu passado." E a continuidade e a contigüidade com o passado dão certezas, permitem traçar uma linha na qual nosso presente se encaixe, permitem que saibamos mais ou menos quem somos e de onde viemos, ou seja, que tenhamos uma identidade.

Esta constatação faz crer que o uso adequado do patrimônio evitaria que este fosse destituído de significado e valor para alguns setores da sociedade. Diz-se que um bom meio de preservar é usar, contudo, deve-se atentar para um racional e ordenado consumo do bem cultural, com possibilidades de diferentes níveis de uso.

Fucks (2003, p. 1) assevera que:

Nos dias de hoje, percebe-se um crescente interesse das pessoas em conhecer os aspectos históricos e culturais imbricados ao patrimônio arquitetônico. Tal atitude parece ter sido encorajada a partir de uma maior compreensão com relação ao valor ou significado simbólico que passou a ser atribuído às obras edificadas do passado, então compreendidas como um produto cultural das sociedades ao longo dos tempos e um suporte importante para a manutenção das identidades (memória coletiva).

Em consequência disso, está havendo uma maior conscientização com relação à necessidade de efetuar-se a conservação do patrimônio arquitetônico. Murta & Goodey (1995, p. 19) definem a interpretação como “um processo de adicionar valor à experiência do lugar, por meio da provisão de informações e representações” que destaquem as suas características e o contexto histórico-cultural no qual se insere. “Mais que informar, a interpretação tem como objetivo convencer as pessoas do valor do seu patrimônio, encorajando-as a conservá-lo.”

Quanto às contribuições da história e do turismo a esse processo, Camargo (2002) acredita que a história irá figurar como instrumento para a compreensão e, o turismo, como veículo de divulgação e fruição dos bens culturais, propiciando o contato e a interação com o patrimônio, a descoberta ou redescoberta de lugares desconhecidos, com costumes diferentes.

Em alguns casos, tem-se observado que as atividades de turismo e lazer podem viabilizar recursos para que o próprio patrimônio seja conservado, na medida em que gera novas ocupações e renda proveniente da prestação de serviços turísticos como alimentação, hospedagem, recreação, comercialização de produtos agroindustrializados e do artesanato. Assim sendo, o patrimônio arquitetônico, enquanto representante de um passado histórico-cultural que se deseja conservar, tem potencial para atuar como atrativo turístico. De acordo com Fucks (2003, p. 3):

Em sua magnitude, o patrimônio se reforça como um atrativo cultural potencial, cujo aproveitamento pode vincular-se convenientemente às atividades turísticas, principalmente viabilizando uma prática pedagógica voltada à educação patrimonial tanto dos turistas como dos residentes.

Dessa forma, pode-se despertar o interesse de segmentos distintos do público pelo lugar, conduzindo-os a resgatar as suas origens, a fortalecer a sua identidade com base no reconhecimento da sua pertença a uma determinada cultura; fazendo-os situar-se enquanto indivíduos, inseridos na lógica de um sistema social que, embora dinâmico, possui suas referências no espaço e no tempo.

O patrimônio arquitetônico, pouco a pouco, vem assumindo maior valoração na sociedade contemporânea, principalmente no que concerne aos aspectos histórico-culturais ou estéticos e às contribuições socioeconômicas decorrentes do seu aproveitamento, que pode ser

usufruído tanto pelo mercado imobiliário quanto pelo turístico. Fuchs (2003, p. 4) assevera que:

Assim, o reconhecimento de suas potencialidades e a sua conseqüente valorização enquanto manifestação da cultura material dos povos (valor histórico) ou bem de consumo da sociedade (valor econômico) – que se observa quando o seu uso tem a perspectiva de suprir necessidades de ordem prática (valor funcional) ou de satisfação da demanda turística (valor atrativo turístico) – freqüentemente apresentam-se como motivadores da sua conservação e/ou preservação.

Para que isso aconteça, faz-se necessário o entendimento a cerca das potencialidades turísticas do patrimônio arquitetônico, da importância da sua conservação - enquanto referencial e marco histórico-cultural que situa a sociedade no seu tempo e espaço - e das oportunidades de inserção socioeconômica e de conservação física desses remanescentes da cultura.

2.4.2 Patrimônio cultural

Para se entender o que significa patrimônio cultural é necessário que busque uma definição para tal. Muitos são os autores que se propõe a isso e nem todos possuem a mesma visão sobre o assunto, devido principalmente pela complexidade que envolve a questão. Cabe então destacar algumas destas concepções.

A moderna noção de Patrimônio Cultural não se restringe à arquitetura, a despeito da indiscutível presença das edificações como um ponto alto da realização humana. De acordo com Pellegrini Filho (1997, p. 90-91):

O significado de patrimônio cultural é muito amplo, incluindo outros produtos do sentir, do pensar e do agir humanos – inscrições de povos pré-históricos (geralmente feitas em cavernas mas também em locais a céu aberto), sítios arqueológicos e objetos neles pesquisados, esculturas, pinturas, textos escritos (feitos à mão, às vezes exemplares únicos, ou impressos e portanto de reprodução mecânica mas que podem assumir importância especial), variadas peças de valor etnológico, arquivos e coleções bibliográficas, desenhos de sentido artístico ou científico, peças significativas para o estudo da ergologia de um povo ou de uma época, e assim por diante; tudo somado no que se pode denominar o meio ambiente artificial.. (...) A rigor, todo objeto que, à primeira vista e a olhos desavisados, pode parecer não possuir nenhuma importância, é passível de ser interpretado museologicamente mercê de sua carga informativa a respeito de determinada cultura.

Funari e Finsky (2001, p. 16-17) asseveram que a concepção de patrimônio cultural é condicionada conforme sua cronologia no espaço. De acordo com eles:

A construção do patrimônio cultural é um ato que depende das concepções que cada época tem a respeito do que, pra quem e porque preservar. A preservação resulta,

por isso, da negociação possível entre os diversos setores sociais, envolvendo cidadãos e poder público. O significado atribuído ao patrimônio também se modifica segundo as circunstâncias de momento. (...) acreditamos que preservar o Patrimônio cultural – objetos, documentos escritos, imagens traçados urbanos, áreas naturais, paisagens ou edificações – é garantir que a sociedade tenha maiores oportunidades de perceber a si própria.

A arquiteta e urbanista Goya (1998, p. 1) assim se expressa:

Atualmente, a concepção de patrimônio cultural abrange muito mais que somente arquitetura. Considera-se a edificação como sendo uma das mais fortes marcas da presença e realização dos povos, contudo, o sentido de patrimônio conjuga arquitetura, ambiente, tradição, paisagem e população. A omissão de um destes elementos desequilibra o conceito de patrimônio cultural que perde o seu significado.

Segundo Coelho (1999, p. 286-287), a definição dada a patrimônio pelo Decreto-lei nº 25, promulgado durante o Estado Novo no Brasil, é: “Patrimônio [cultural] é o conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país cuja conservação seja de interesse público quer por sua vinculação a fatos memoráveis, quer pelo seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” Ainda segundo o autor, a Carta do México em Defesa do Patrimônio Cultural apresenta o patrimônio cultural de um país como “o conjunto dos produtos artísticos, artesanais e técnicos, das expressões literárias, lingüísticas e musicais, dos usos e costumes de todos os povos e grupos étnicos, do passado e do presente”.

O autor assevera que, tanto uma como outra definição, não são bastante explícitas. De acordo com ela estas definições dão margem a que:

se preserve somente as obras de arte ditas nobres e os monumentos vinculados à história oficial do país, quer dizer, à história dos vencedores e das classes dominantes. Uma abertura clara no rumo das obras e vestígios da cultura popular tem sido solicitada com insistência, embora se verifiquem aqui os mesmos problemas que envolvem as questões do patrimônio da classe dominante: tentativas de forçar o reconhecimento, como universais (nacionais), de obras com significado tópico, etc.

Outra ampliação do conceito aponta para a necessidade de não se considerar como objeto da prática patrimonialista apenas as obras do homem, os monumentos e edificações urbanas, mas também, seguindo a ascendência do movimento ecológico, espaços naturais como bosques, matas, reservas de água, fauna, etc. (patrimônio ambiental).

Atualmente, temos em mente que todos os elementos passíveis de serem lembrados, quer individual ou coletivamente, como por exemplo: objetos, documentos escritos, imagens, áreas naturais, paisagens e edificações, permitem ao homem realizar intenso contato com suas origens, desenvolvendo, conseqüentemente, o turismo.

De acordo com Pellegrini Filho (1997, p. 94):

Portanto, modernamente se compreende por patrimônio cultural todo e qualquer artefato humano que, tendo um forte componente simbólico, seja de algum modo

representativo da coletividade, da região, da época específica, permitindo melhor compreender-se o processo histórico. Trata-se, então, de uma problemática posta no âmbito da antropologia cultural, e que podemos enquadrar no amplo significado de ecologia cultural.

A Conferência Geral da Unesco, realizada em Paris (1972), conforme exposto por Pellegrini (1997, p. 95-96), define e especifica Patrimônio Cultural em nível internacional:

Monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, cavernas e grupos de elementos, que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Conjuntos: grupos de construções, ilhadas ou reunidas, cuja arquitetura, unidade e integração na paisagem lhes dê um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Lugares: obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza assim como zonas incluindo sítios arqueológicos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.²

O autor cita outros documentos importantes originados de encontros e debates em nível internacional: Tratado sobre a Proteção de Bens Móveis de Valor Histórico (OEA – Equador, 1967); Reunião Técnica sobre Identificação, Recomendação de Avignon (França 1968); Proteção e Vigilância do Patrimônio Arqueológico, Histórico e Artístico (São Paulo, Brasil, 1972); Colóquio sobre Revitalização de Centros Históricos e Participação da Comunidade (Salvador, Brasil, 1980); entre outros.

De acordo com a entrevista de Chiozzini (2006), João Tadeu Gonçalves, gerente de educação e educação patrimonial do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) assim assevera a respeito das contribuições que o turismo pode dar na preservação do patrimônio:

A partir do momento em que os gestores de turismo estiverem plenamente convencidos da importância da preservação do patrimônio cultural, os projetos de uso turístico dos bens trarão em seu bojo, gradativamente, a preocupação não só com a sua manutenção, como também de difundir junto ao usuário os conceitos de preservação, num processo educativo.

² Artigo 1 das definições da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, documento da 17ª Reunião da Unesco, Paris, 17 de outubro a 21.11.1972. No Brasil, a Convenção de 1972 foi aprovada pelo Decreto Legislativo 74, de 30.06.1977; e promulgada pelo Decreto n 80.978, de 12.12.1977 (com reserva do § 1º do artigo 16, relativo a pagamento de contribuições). A mesma Reunião aprovou definição semelhante em outro documento, a “Recomendação sobre a Proteção, em Âmbito Nacional, do Patrimônio Cultural e Natural”; Alguns estudiosos consideram que o patrimônio natural (bens da natureza) se integra no contexto cultural, e portanto não há necessidade de separar o natural do cultural. De qualquer modo, todavia, as conceituações da Unesco estabelecem dois tipos. (PELLEGRINI FILHO, 1997, p.96, nota 1)

É importante mencionar que, em alguns municípios e estados, algumas iniciativas também já avançaram nesta aproximação entre educação patrimonial e turismo cultural. onde o turismo deve contemplar a valorização do patrimônio, através de ações voltadas para a sensibilização da comunidade local, que deve ser a primeira a saber de sua história, a importância de seus bens patrimoniais, tanto para valorização de sua identidade, quanto para seu possível uso comercial.

2.5 HISTÓRIA TURISMO NA ILHA DE SANTA CATARINA

Segundo o Wikipédia:

Florianópolis é a capital do estado de Santa Catarina e uma das três ilhas-capitais do Brasil. Originalmente denominada *Nossa Senhora do Desterro*, em referência a sua padroeira, ou simplesmente *Desterro*. A mudança de nome seguiu-se ao fim da Revolução Federalista, em 1894, e ainda é considerada controversa por parte dos habitantes da cidade. O nome *Florianópolis* refere-se a Floriano Peixoto, ex-presidente do Brasil na República Velha. Deste nome deriva o apelido *Floripa*, pelo qual a cidade é amplamente conhecida.

Localiza-se no centro-leste do estado de Santa Catarina e é banhada pelo Oceano Atlântico. Grande parte de Florianópolis (97,23%) está situada na Ilha de Santa Catarina, onde, somadas às continentais, existem cerca de 100 praias. O cartão postal que a identifica é a famosa Ponte Hercílio Luz (inaugurada em 1926), primeira ligação rodoviária entre a ilha e o continente.

Os índios tupis-guaranis foram os primeiros habitantes da região de Florianópolis, que tinham na pesca e coleta de moluscos as atividades básicas para sua subsistência. Também praticavam a agricultura. Os indícios de sua presença encontram-se nos sambaquis e sítios arqueológicos cujos registros mais antigos datam de 4.800 A.C. (GUIA VIRTUAL DE FLORIANÓPOLIS, acesso em 10/05/2007)

A Ilha de Santa Catarina é visitada por navegadores de várias nacionalidades desde o início do século XVI. Foi fundada por bandeirantes paulistas em fins do século XVII, que a chamaram de Nossa Senhora do Desterro. Em 1726, conquista a sua emancipação política e recebe, a partir de 1748, colonizadores açorianos e madeirenses. Com a independência do Brasil, passa a ser a capital da Província de Santa Catarina. Já em fins do século XX é rebatizada como Florianópolis e, depois da chegada da iluminação pública e da inauguração da Ponte Hercílio Luz, em 1926, seguida da implantação da Universidade Federal, entre os anos de 1950 e 1960, e a inauguração da BR-101, na década de 1970,

Florianópolis firma-se como grande pólo turístico estadual. (WWW.SC.GOV.BR, acesso em 12/01/2007)

Francisco Dias Velho (1675), junto com sua família e agregados, dá início à povoação da ilha. A partir de 1737 a Ilha de Santa Catarina passa a ser ocupada militarmente e começam a ser erigidas as fortalezas necessárias à defesa do seu território, hoje atrativos turísticos. Em meados do século XVIII, são implantadas as "armações" para pesca da baleia, em Armação da Piedade (Governador Celso Ramos) e Armação do Pântano do Sul (Florianópolis), cujo óleo era comercializado pela Coroa. No século XIX, Desterro foi elevada à categoria de cidade, tornando-se Capital da Província. Em 1738 a Coroa Portuguesa fundou a capitania da Ilha de Santa Catarina, com interesses na região do Rio da Prata, implantando um sistema defensivo bem expressivo. Neste período, cerca de 6.000 açorianos fixaram-se no núcleo central e fundaram várias freguesias no interior da ilha. Com a vinda de recursos federais, projetou-se a melhoria do porto e a construção de edifícios públicos, entre outras obras urbanas. A modernização política e a organização de atividades culturais também merecem destaque. Com o advento da República (1889), as resistências locais ao novo governo provocaram um distanciamento do governo central e a diminuição dos seus investimentos. A vitória das forças comandadas pelo Marechal Floriano Peixoto determinaram em 1894 a mudança do nome da cidade para Florianópolis, em homenagem a este oficial. (GUIA VIRTUAL DE FLORIANÓPOLIS, acesso em 10/05/2007)

A partir do século XX a cidade passou por profundas transformações, sendo que a construção civil foi um dos seus principais suportes econômicos. Atualmente, Florianópolis tem sua economia alicerçada nas atividades do comércio, prestação de serviços públicos, indústria de transformação e turismo. Recentemente a indústria do vestuário e a informática vem se tornando também setores de grande desenvolvimento.

Dentre os atrativos turísticos da capital salientam-se hoje, além das magníficas praias, as localidades onde se instalaram as primeiras comunidades de imigrantes açorianos, como o Ribeirão da Ilha, a Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa e o próprio centro histórico da cidade de Florianópolis.

Atualmente o Turismo na Ilha de Santa Catarina é mais voltado para um turismo de lazer, onde se busca a tranquilidade da natureza e das suas belas praias. Com vistas a trazer os turistas em todas as épocas do ano, desenvolve-se o turismo de eventos, que hoje é um grande atrativo na área turística para promover o turismo sustentável na baixa temporada.

2.5.1 Patrimônio Histórico e Cultural

O Estado de Santa Catarina é rico em seu acervo cultural, principalmente pela herança recebida das diferentes etnias que ocuparam o seu território. De acordo com arquiteta e urbanista Goya (1998, p. 3):

Os primeiros a chegar foram os bandeirantes com seus escravos no século XVII para disputar as terras indígenas. No começo do século XVIII surgiram casais de açorianos e instalaram-se no litoral e também paulistas que ocuparam o planalto. Após esse período, ocorreu a vinda de imigrantes europeus.

Todas as pessoas que chegaram à ilha contribuíram, de uma forma ou de outra, para o desenvolvimento do patrimônio histórico e cultural hoje existente.

Simon (1994) considera que o tombamento (década de 30), em âmbito federal, de quatro fortalezas do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina foi um dos primeiros passos em direção à preservação do patrimônio cultural catarinense. Segundo o autor, o tombamento é o instrumento legal para a preservação de bens culturais móveis e imóveis e que não implica no direito de propriedade, podendo o bem ser hipotecado ou alugado, todavia, seu valor deve ser preservado e por isso o imóvel não pode ser destruído.

Segundo assevera Goya (1998, p. 3):

A exploração turística em Florianópolis gira em torno de seus atrativos naturais, mas ultimamente as fortalezas e construções religiosas têm sido alvo de mais atenção. O Engenheiro Militar e primeiro governador da capitania da ilha de Santa Catarina, Brigadeiro José da Silva Paes foi o idealizador das fortalezas, que foram tombadas pelo Patrimônio da União em 1938, e que tiveram suas primeiras intervenções restauradoras no início da década de 70.

Em 1989 um projeto criado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que contou com um financiamento a fundo perdido do Banco do Brasil priorizou a recuperação de todo o conjunto das Fortalezas da Ilha de Santa Catarina: Forte de Sant'Anna, localizado sob a ponte Hercílio Luz, Fortalezas de Santa Cruz (Anhatomirim), Santo Antônio (Ratones), São José (Ponta Grossa) e de Nossa Senhora da Conceição (Araçatuba).

O grande número de visitantes que essas fortalezas têm recebido, indica que o turismo apoiado em patrimônio histórico é mais do que viável.

De acordo com o Instituto de Planejamento de Florianópolis (IPUF, 1993), em Florianópolis a Lei Municipal nº 2193/85 (Plano Diretor de Uso do Solo dos Balneários) dá amparo à preservação dos núcleos históricos e no centro da cidade 10 conjuntos urbanos foram tombados através do Decreto Municipal (Tombamentos) nº 270/86, somando 250 edificações que caracterizam os remanescentes do patrimônio cultural urbano. Na Ilha de Santa Catarina também foram tombados, pelo Poder Estadual, bens como o Teatro Álvaro de Carvalho, Antiga Alfândega, casa Rural (Ribeirão da Ilha) e o Palácio Cruz e Souza. Estes

tombamentos levam em consideração o grau de preservação de cada edificação, que são classificados em P1, P2 e P3, conforme o decreto de tombamento municipal.

Segundo Goya (1998, p. 4), pode-se entender as classes de tombamento da seguinte forma:

Edificações totalmente preservadas (exterior e interior) pertencem a classe P1, que são de valor excepcional e monumental, geralmente edificações oficiais ou religiosas (ex.: Mercado público, Casa de Câmara e Cadeia, Igrejas).

Na classe P2 encontram-se os imóveis que pertencem à paisagem urbana da cidade. O proprietário pode alugá-lo ou vendê-lo, entretanto, não pode demolí-lo. A volumetria original deve ser restaurada e mantida, o seu interior pode ser modificado contanto que não modifique o exterior.

Os imóveis classificados como P3 e seu entorno são o que se chamam de unidades de acompanhamento dentro da área tombada e podem ser demolidas. A nova edificação a ser erguida deve estar dentro do contexto da área, de forma a harmonizar-se com os demais imóveis e integrar-se à paisagem natural.

Ainda segundo a mesma autora, a preservação desses monumentos históricos é de suma importância, pois se trata da identidade de um povo, cujas tradições ainda hoje são presenciadas. Também é de suma importância ressaltar que estes monumentos podem beneficiar economicamente destes dignos representantes do passado. Faz-se necessário, então, que se tenha consciência do seu valor e que se tenha um eficiente e racional planejamento do uso deste bem cultural.

A consciência das limitações e das alternativas do usufruto do patrimônio histórico, na medida em que cada vez mais as pessoas estão se voltando ao turismo cultural, dar-se-á pela consolidação destas atividades, aonde a conciliação entre história e turismo, aos poucos vêm se fazendo presente. Para a cidade de Florianópolis a perspectiva é que num futuro próximo isto não seja mais uma exceção, mas uma atividade fortalecida em toda a sociedade.

Florianópolis tem igrejas centenárias como, por exemplo, a Catedral Metropolitana (abriga em seu interior uma escultura de Demetz que retrata José e Maria em fuga para o Egito); a Igreja de Nossa Senhora da Lagoa da Conceição (arquitetura portuguesa, possui um sino foi doado pelo imperador Dom Pedro II); a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, no centro da cidade; a de Nossa Senhora do Rosário; a de São Francisco de Paula (construída em 1830, em estilo açoriano); e a de Nossa Senhora das Necessidades, em Santo Antônio de Lisboa. São monumentos históricos e testemunhos da fé e da religiosidade do ilhéu. A cidade também possui algumas fortalezas: Santa Cruz, São José da Ponta Grossa, Santana, Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, Santo Antônio e Anhatomirim. (WWW.SC.GOV.BR, acesso em 12/01/2007)

A história local da cidade é resgatada através de seus diversos museus, que traduzem o dia-a-dia dos povos que habitaram a Ilha ao longo dos tempos, com destaque para o Museu Cruz e Souza (centro da cidade). Outros atrativos turísticos são: o Largo da Alfândega; a Praça XV (envolve a crendice de que aquele que dá quatro voltas na figueira centenária do centro da praça encontrará seu grande amor); o calçadão da Felipe Schmidt; a Casa Vítor Meirelles; o Centro Integrado de Cultura (reúne espaços e equipamentos para teatro, vernissages e cinema, e seu auditório principal tem capacidade para 1.000 pessoas). Entre as grandes atrações da cidade está o artesanato, com a renda-de-bilro, a rede-de-pesca e as esculturas em formato de bruxas. Nos bairros mais antigos pode-se encontrar verdadeiros ícones do folclore açoriano, como Boi-de-Mamão, Pau-de-Fita, Cacumbi ou Ticumbi, Ratoeira, Terno de Reis e Pão-por-Deus. Também são comuns as benzeduras, as credices e superstições. No imaginário ilhéu, bruxas, fadas, gnomos e duendes misturam o sobrenatural às coisas da terra. . (WWW.SC.GOV.BR, acesso em 12/01/2007)

Os imigrantes açorianos personalizam a ilha com seu espírito desenvolto, fazendo com que os barcos de pesca, as rendeiras, o folclore, a culinária e a arquitetura colonial qualifiquem o turismo e atraiam recursos financeiros para a ilha. Vilarejos envoltos em tradição e história, como Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha, resistem aos avanços da modernidade. (WWW.SC.GOV.BR, acesso em 12/01/2007).

2.5.2 Inventário dos patrimônios culturais do Centro da Ilha de Santa Catarina³

A Ilha de Santa Catarina tem muitos monumentos históricos culturais, devido a sua geografia e principalmente devido aos seus colonizadores. Dentre estes monumentos destacam-se alguns, pela sua beleza e também pela sua história.

De acordo com o inventário realizado pela Secretaria de Turismo da prefeitura Municipal de Florianópolis, segue os principais atrativos turísticos culturais do centro da Ilha de Santa Catarina.

Na seqüência, as fotografias: Catedral de Nossa Senhora do Desterro; Palácio Cruz e Souza; Figueira Centenária da Praça XV; Câmara Municipal; Sobrados Oitocentistas; Casa de Victor Meirelles; Antiga Escola Normal; Academia de Comércio; Alfândega;

³ Fonte: <http://www.florianopolisur.com.br/atrativos.htm>. Acesso em 05/05/2007

Mercado Público; Igreja de São Francisco; Ponte Hercílio Luz; Museu de Armas "Major Antônio de Lara Ribas", no Forte Santana; Igreja do Rosário; Teatro Álvaro de Carvalho; Museu do Homem do Sambaqui; Casario da Rua Menino Deus.



Fotografia 1: Fachada da Matriz Catedral de Nossa Senhora do Desterro
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

A Matriz Catedral de Nossa Senhora do Desterro foi edificada no mesmo local onde existiu uma antiga capelinha, erguida em 1678 pelo fundador da cidade, o bandeirante Francisco Dias Velho. A Catedral é patrimônio tombado pelo Estado e pelo Município. Às sextas-feiras, das 8 às 18 horas, no Largo da Catedral, ocorre a Feirarte, uma concorrida feira de artesanato e quitutes caseiros administrada pela Fundação Franklin Cascaes. À frente da Catedral Metropolitana há um Posto de Informações Turísticas permanente da Prefeitura Municipal de Florianópolis.



Fotografia 2: Hall de entrada do Palácio Cruz e Souza
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

O Palácio, que é tombado pelo Estado e pelo Município, deixou de sediar o gabinete do governador do Estado em 1984. Funciona como museu desde 1986. O antigo Palácio também abriga o centenário Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina,

fundado em 7 de setembro de 1896 e que possui biblioteca especializada em Santa Catarina, extensa coleção de obras sobre os Açores e acervo fotográfico, com mais de 4 mil imagens.



Fotografia 3: Figueira Centenária da Praça XV
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

Dentre as árvores plantadas na Praça XV, a mais famosa, cantada em prosa e verso, é a tradicional e centenária figueira, que consta ter nascido em 1871 dentro do jardim em forma de circunferência que existia em frente à Igreja Matriz.



Fotografia 4: Fachada frontal da Câmara Municipal
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

A antiga Câmara e Cadeia foi construída com recursos oriundos do pagamento de impostos, inclusive um imposto curioso chamado "subsídio literário", que era cobrado sobre cada pipa de cachaça.

Hoje, o prédio tombado é ocupado pela Câmara Municipal de Florianópolis.



Fotografia 5: Fachada dos Sobrados Oitocentistas
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

Os sobrados geminados na Rua Fernando Machado nº 16 e Praça XV de Novembro nº 352, 348, 344 e 340 mantêm a estética característica da arquitetura luso-brasileira, combinando os alinhamentos das portas e janelas, as bandeiras envidraçadas, os guarda-corpos das sacadas decorados, e alto-relevos em massa, de inspiração eclética, nas frontarias.



Fotografia 6: Fachada da Casa de Victor Meirelles
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

Neste antigo sobrado de características coloniais luso-brasileiras, nasceu o pintor, desenhista e professor Victor Meirelles de Lima (1832-1903), autor das famosas pinturas: A Primeira Missa no Brasil, Combate Naval do Riachuelo, Passagem de Humaitá, Moema e Casamento da Princesa Isabel. Adquirido pela União em 1947 e tombado como Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1950, o sobrado abriga, desde 1952, o Museu Victor Meirelles, onde se expõe, no andar superior, um acervo de telas e esboços de Victor Meirelles e no térreo, obras de artistas plásticos contemporâneos.



Fotografia 7: Fachada da Antiga Escola Normal
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

No ponto mais elevado da Rua Saldanha Marinho assenta-se, diretamente sobre a rocha granítica, um prédio de linhas palacianas que já foi o maior da Capital. A antiga Escola Normal, fundada em 1892, está entre os quatro estabelecimentos de ensino profissionalizante mais antigos de Florianópolis, junto ao Liceu de Artes e Ofícios e aos colégios Catarinense e Coração de Jesus.

Atualmente o Centro de Ciências da Educação da Udesc sedia os cursos de História, Pedagogia, Biblioteconomia e Geografia. No prédio, tombado pelo Município como um Patrimônio Histórico, há uma biblioteca universitária com acervos especializados.



Fotografia 8: Fachada Frontal da Academia de Comércio
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

Esse marco arquitetônico do primeiro estabelecimento de ensino superior no Estado foi organizado e implantado em Florianópolis graças aos esforços do governador Felipe Schmidt e do desembargador José Arthur Boiteux, entre outros. Com a fusão da Escola Prática de Comércio e do "Instituto Polytechnico", o edifício, que é conhecido como Academia de Comércio, sedia hoje, os cursos técnicos de Contabilidade, Administração, Secretariado, Processamento de Dados e Turismo. O prédio é tombado pelo Município e pelo Estado como um patrimônio de valor histórico e arquitetônico. Além de uma biblioteca, a academia/escola promove visitas pelo Centro Histórico, monitoradas por seus acadêmicos de Turismo.



Fotografia 9: fachada da Alfândega
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

Localizada na Rua Conselheiro Mafra, é considerada o melhor exemplo de arquitetura neoclássica em Florianópolis. É a segunda alfândega da cidade, pois a primeira incendiou em 1866.

Iniciada em 1875, a Alfândega encerrou suas atividades em 1964, quando o Porto de Florianópolis foi desativado. Foi tombada no nível federal em 1975, restaurada entre 1977 e 1979, reparada em 1984 e tem sido objeto de conservação constante. A Alfândega também faz parte do conjunto histórico tombado pelo Município.



Fotografia 10: Vista aérea do Mercado Público
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

O Mercado Público, importante marco histórico-cultural da cidade, é o coração do centro histórico, palco da reunião de artistas, boêmios e intelectuais, onde se encontra o melhor em pescado fresco e bares e restaurantes para se degustar iguarias especiais e desfrutar de um ambiente informal, alegre e pitoresco, com apresentações artísticas eventuais no pátio central.



Fotografia 11: Fachada da Igreja de São Francisco
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

Em pleno calçadão do centro da cidade nos deparamos com a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, que é a mais antiga das confrarias religiosas criadas na Ilha, tendo sido instalada em 1745.



Fotografia 12: Vista do lado norte da Ponte Hercílio Luz
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

Monumento de elevado valor histórico e paisagístico, é o símbolo mais popular da Capital. Representou um marco decisivo para o desenvolvimento de Florianópolis, diminuindo o seu isolamento do restante do território catarinense, pois até então, o acesso à ilha era feito apenas por embarcações. Tem 821 metros de extensão e 339 metros de vão central. As torres metálicas medem 74 metros de altura. Para a época em que foi construída, apresentava várias inovações que a colocaram como obra pioneira e da maior expressão no campo da engenharia, tanto no Brasil quanto no exterior. É considerada atualmente a única no mundo com o sistema pênsil. Horário de visitação: diariamente das 8 às 12 horas e das 13h30min às 17h30min, exceto em feriados.



Fotografia 13: Museu de Armas "Major Antônio de Lara Ribas", no Forte Santana
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

O Forte Santana é o mais acessível dentre todos fortes, pela proximidade do centro e ingresso franco. Dele descortina-se um belo panorama formado pelo edifício, o canal entre as baías Norte e Sul e a Ponte Hercílio Luz. Tombado em âmbito federal em 1938, o Forte Santana foi restaurado e passou a abrigar paralelamente, o Museu de Armas "Major Antônio de Lara Ribas", que exhibe uma coleção de armas e fardamentos de diversas épocas e procedências, além de um antigo carro-pipa para combate a incêndios.



Fotografia 14: Fachada frontal da Igreja do Rosário
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito apresenta linhas arquitetônicas barrocas. Seu interior singelo abriga alfaias e imagens. A igreja, que se destaca visualmente no eixo da Rua Trajano, é tombada pelo Estado e pelo Município. Do alto da sua escadaria, o artista Victor Meirelles pintou, no século XIX, amplo panorama da cidade, tendo ao fundo a Baía Sul. Abaixo da igreja, na Escadaria do Rosário, localizam-se bares e restaurantes, alguns de tradição, e o local é palco eventual de espetáculos de animação de rua.



Fotografia 15: Fachada frontal do Teatro Álvaro de Carvalho
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

A edificação, originalmente de características luso-brasileiras, foi sendo reformada e, ao longo do século XX, adotou as linhas ecléticas. Em 1955, no governo de Irineu Bornhausen o teatro veio a sofrer alterações radicais, sendo o espaço interno de autoria do engenheiro-arquiteto Tom Wildi Filho. Em 1975 e 1984, aconteceram novas reformas. O tombamento como Patrimônio Estadual data de 1988.



Fotografia 16: Fachada do Museu do Homem do Sambaqui
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

O Museu do Homem do Sambaqui "Padre João Alfredo Rohr, S.J.", está instalado no interior deste histórico complexo educacional quase centenário, que é o Colégio Catarinense.

O prédio original do Colégio, construído em 1924, é tombado pelo Município. A Capela Santa Catarina de Alexandria foi reformada em 1998, ganhando 24 vitrais com temas sacros.



Fotografia 17: Vista aérea do Casario da Rua Menino Deus
Fonte: <http://www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm>

Nas ruas Bulcão Vianna e Menino Deus, próximas à ladeira do Hospital de Caridade, concentra-se um casario baixo, ocupação típica do período colonial. São casas geminadas, construídas em terrenos estreitos e longos.

2.5.3 Entrevistas

Durante o processo de desenvolvimento deste trabalho, foi proposto a realização de duas entrevistas. Uma com o Professor Peninha, o diretor do Museu da Universidade federal de Santa Catarina, a qual não foi possível realizar por fatores alheios à minha vontade. A outra entrevista foi com o professor Marcelo Cavalcanti, professor do Curso de Administração da UNISUL, para saber qual sua opinião sobre o turismo histórico-cultural na cidade de Florianópolis. A entrevista constou de nove perguntas abordando o assunto, dando destaque especial para o patrimônio arquitetônico da ilha de Santa Catarina. Segue-se agora um breve relato sobre suas respostas e no final deste trabalho, a entrevista na íntegra (ver anexo B).

O professor Marcelo avalia como ruim a situação atual do patrimônio histórico-cultural no centro da Ilha de Santa Catarina, devido ao fato de existirem “outras prioridades governamentais ao invés de preservar a memória cultural da gente catarinense”.

O professor concorda que a preservação do patrimônio arquitetônico é uma forma de preservação de identidade local porque “somente desta forma teremos histórias para as gerações futuras”.

Também acredita que a preservação do patrimônio arquitetônico no centro de Florianópolis é uma forma de atrair turistas para a cidade, pois estes não são atraídos somente pelas belezas naturais, “mas também pelos atrativos culturais”.

Em sua análise sobre a atividade turística em Florianópolis, o professor Marcelo a caracteriza como “desordenada, sem controle e que atende somente a interesses econômicos”.

Também acredita que o principal benefício que o turismo cultural pode gerar em Florianópolis é o de “preservar a história do seu povo. Pois povo sem história não pode ser considerado uma nação livre”.

Quanto a preservação da arquitetura histórica em Florianópolis, o professor é de opinião que: “Não existe preservação aparente. A prova disso é o Palácio Rosado onde foram descobertos sítios arqueológicos. Porém, hoje tudo está em baixo de concreto”.

Acha ele que o governo não tem feito a sua parte no que se refere à preservação dos patrimônios culturais e arquitetônicos de Florianópolis, porque “os interesses governamentais estão acima dos interesses culturais, pois a curto prazo não geram divisas”.

Indagado sobre a declaração de Portuguese (2001, p. 81): “Já se sabe que toda a atividade turística é, por natureza, cultural. Daí a imprecisão de expressões do tipo turismo cultural ou ainda turismo em cidades históricas, pois todas as cidades, turísticas ou não, são historicamente produzidas.”, o professor Marcelo com ele concorda porque “só há produção cultural mediante resgate e preservação da história do povo. Portanto, cultura é uma manifestação histórica, que por sua vez os dois são pilares do turismo”.

Na opinião do professor Marcelo: “educar o povo, mudar valores, investir na preservação da história e criar fundos de pesquisa” são atitudes e medidas importantes para que Florianópolis se torne também um destino cultural.

3 CONCLUSÃO

O turismo, como visto, engloba as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e enquanto permanecem em lugares por elas visitados, seja pelos mais variados motivos desenvolvem uma relação social, humano, econômico e cultural.

Sua influência no campo arquitetônico é particularmente importante e tem como tendência aumentar cada vez mais, dados os conhecidos fatores de desenvolvimento de tal atividade.

O turismo cultural tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-arquitetônicos. Exerce efeito positivo sobre o patrimônio histórico cultural e contribui para sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo traz benefícios sócio-culturais e econômicos para o local e para toda a população implicada. Entretanto, também tem seus efeitos negativos e destrutivos, principalmente no que se refere ao uso massivo e descontrolado destes patrimônios. Para que haja uma perfeita harmonia entre os pontos positivos e negativos faz-se necessário o desenvolvimento de regras que mantenham o equilíbrio em níveis aceitáveis. Em todo caso, com uma perspectiva de futuro, o respeito ao patrimônio cultural e natural deve prevalecer sobre qualquer outra consideração. Isso só será possível mediante uma política dirigida e que leve em conta as limitações de uso e que os serviços turísticos prestados sejam pautados com a primordial preocupação respeitar o patrimônio cultural existente.

O patrimônio se constitui no legado que herdamos do passado e que transmitimos à gerações futuras. Entretanto, nem todos os vestígios do passado podem ser considerados patrimônio. Para ser considerado como patrimônio, ele precisa ter valor, depende que um determinado grupo humano e em um determinado lapso de tempo, o considere digno de ser legado à gerações futuras. Assim sendo, o elemento que define algo como patrimônio é a sua capacidade de representar simbolicamente uma identidade.

Através da entrevista realizada com o Professor Marcelo pode-se perceber que este também tem suas preocupações quanto à situação vivenciada pelo patrimônio histórico-cultural no centro da Ilha de Santa Catarina, pois esta não é uma das prioridades governamentais. Faço minhas as palavras do professor quanto às atitudes e medidas importantes para que Florianópolis se torne também um destino cultural, quais sejam: “Educar o povo, mudar valores, investir na preservação da história e criar fundos de pesquisa”.

Não podemos negar que o relacionamento entre patrimônio e turismo se instalou de forma definitiva e que existe a necessidade de se estabelecer regras de convivência entre ambos. Ao turismo cabe utilizar os recursos patrimoniais numa perspectiva de desenvolvimento durável, que preze por critérios de qualidade, onde os benefícios sejam tanto daqueles que o praticam como daqueles que o acolhem.

As ações públicas devem estar atentas a necessidade de educar a sociedade e promover a valorização e preservação do patrimônio histórico cultural de sua localidade, pois assim transmitirá às gerações futuras o sentido dos valores e da identidade atuais.

Ao expor e analisar o tema em questão, chegamos à conclusão de que, embora tenhamos várias alternativas e um regime de preservação cultural assentados em nossa Constituição Federal e também nas Estaduais, muitas vezes se presencia a degeneração de nossa história. Isso decorre pela omissão dos entes políticos e, ainda, da passividade insólita dos cidadãos, diante de tímidas e insuficientes tentativas de se manter vivas algumas construções e monumentos de relevância cultural.

A proteção e preservação dos bens de valor histórico, artístico e cultural conta com todo o instrumental jurídico e judicial necessários para a sua efetivação. Somente não têm contado com a vontade política para que tal ocorra efetivamente.

Ter um patrimônio histórico cultural preservado, através de iniciativas públicas e privadas, demonstra consciência cultural, dando oportunidade de transmitir às gerações futuras o que somos hoje, dando-lhes referências históricas e fortalecendo os laços em comum.

De acordo com a proposta do trabalho foi alcançado o objetivo principal que era o de demonstrar a importância do patrimônio arquitetônico do centro da Ilha de Santa Catarina como forma de preservação da identidade local e diferenciação do produto turístico. De igual modo os objetivos específicos, que tinham como propósito definir e delimitar turismo, turismo cultural, patrimônio e patrimônio arquitetônico; referenciar a história e o turismo cultural da Ilha de Santa Catarina e inventariar o patrimônio arquitetônico de interesse turístico do centro da Ilha foram alcançados no desenrolar do trabalho, sendo concluído com satisfação os objetivos propostos.

REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA DO TURISMO. Disponível em:

<http://www.desvendar.com/especiais/historiadoturismo>. Acesso em 02/05/2007.

BANDICCI JR, Álvaro, BARRETO, margarida (orgs). **Turismo e Identidade Local: uma visão antropológica**. Campinas, SP: Papirus, 2001. – (Coleção Turismo).

BARBOSA, Yacarim Melgaço. **O despertar do Turismo: um olhar crítico sobre os não-lugares**. São Paulo: Aleph, 2001.

BARRETTO, Margarida. **Turismo e Legado Cultural: As Possibilidades do Planejamento**. 2º ed. São Paulo: Papirus, 2000.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira. **Fundamentos de metodologia científica: um guia para iniciação científica** / Aidil Jesus da Silveira Barros, Neide Aparecida de Souza Lehfeld. 2º Ed. ampliada, São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000

BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 8ª ed. São Paulo, Senac, 2003.

CHIOZZINI, Daniel. **Turismo cultural e educação patrimonial mais próximos**. Patrimônio - Revista Eletrônica do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Nº 3 - Jan. / Fev. de 2006. Disponível em: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=147>. Acesso em 18/05/2007.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginação**. 2. ed. São Paulo: FAPESP/Iluminuras, 1999.

COLIN, Silvio. **Uma introdução à arquitetura**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000. 194p.

DIAS, Reinaldo. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

_____. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

FUCKS, Patrícia Marasca. **Os usos do patrimônio arquitetônico na atualidade:** de produto cultural a atrativo turístico. Revista de Pesquisa e Pós-Graduação – Santo Ângelo, 2003. Disponível em: www.uri.br/publicaonline/revistas/artigos/72.pdf. Acesso em 15/05/2007.

FUNARI, Pedro Paulo. **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001

_____.; PINSKY, Jaime. **Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Contexto, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 3ª Edição. S.Paulo: Atlas: 1991.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

[Thttp://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/turismo/contrastes/index.html](http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/turismo/contrastes/index.html). Acesso em 12/01/2007

GOYA, Yumi. **Patrimônio histórico e turismo na Ilha de Florianópolis** COBRAC 98 - Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário – UFSC, Florianópolis, 18 a 22 de Outubro 1998. Disponível em: <http://geodesia.ufsc.br/Geodesia-online/arquivo/cobrac98/034/034.HTM>. Acesso em 15/05/2007.

GUIA VIRTUAL DE FLORIANÓPOLIS. disponível no site:

<http://www.radarsul.com.br/florianopolis/historia.asp>. Acesso em 10/05/2007.

HISTÓRIA DO TURISMO. Dados retirados do site:

<http://www.desvendar.com/especiais/historiadoturismo/introducao.asp>

HOLLANDA, Eduardo. Turismo cívico - Abertos ao público nos finais de semana, Congresso, Itamaraty e STF atraem centenas de visitantes. Revista ISTO É, Edição 1425, 15 de janeiro de 1997. Disponível em <http://www.terra.com.br/istoe/comport/142405.htm>. Acesso em 10/05/07.

INTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. **Valorização do casario histórico de Florianópolis:** Manual de recuperação. Florianópolis, IPUF, 1993.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**. Para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

LAGE, B.H.; MILONE, P. C. **Economia do Turismo**. Campinas: Papyrus, 1991.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Turismo Cultural: Orientações Básicas**. Disponível em: <http://institucional.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/institucional/diretrizes/diretrizes.html?pageIndex=2> Acesso em 09/05/07.

MURTA, Stela Maris & GOODEY, B. **A interpretação do patrimônio para o turismo sustentado – um guia**. Belo Horizonte: SEBRAE/MG, 1995, 113p.

OURIQUES, Helton Ricardo. **Turismo em Florianópolis: uma crítica à “indústria pós-moderna”**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1998.

PELIEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. 2ª ed., Campinas, SP: Papyrus, 1997. (Coleção Turismo).

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Roca, 2001.

REIS, Fábio José Garcia dos. **Patrimônio Cultural: Revitalização e Utilização**. Disponível em: www.unisal-lorena.br/nova/publicacoes/patrimoniocultural.doc. Acesso em 10/05/2007

RIBEIRO, Marcelo. A atratividade dos centros urbanos e o turismo. In: GASTAL, Susana (org.). **Turismo: 9 propostas para um saber fazer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

RUIZ, João Álvaro. **Metodologia Científica: guia para a eficiência nos estudos**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1996.

SWARBROOKE, john. **Turismo sustentável : turismo cultural, ecoturismo e ética**, vol. 5. tradução Saulo Kriegerl . São Paulo : Aleph, 2000.

SEGMENTOS TURÍSTICOS. Disponível em: <http://www.soturismo.com.br/segmentos.htm>. Acesso em 10/05/2007.

SIMON, L. M.: **Preservação cultural em Santa Catarina**. Florianópolis, Revista Leia-se, 1994.

WIKIPÉDIA: a enciclopédia virtual. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Florian%C3%B3polis>.
Acesso em 11/05/2007

www.florianopolistur.com.br/atrativos.htm. Acesso em 05/05/2007

APÊNDICE

APÊNDICE A – Questionário de Entrevista

1 Como o senhor avalia a situação atual do patrimônio histórico-cultural no centro da Ilha de Santa Catarina?

() Muito Bom () Bom () ruim () péssimo

Justifique a resposta (Pontos fortes e pontos fracos)

2 O senhor concorda que a preservação do patrimônio arquitetônico é uma forma de preservação da identidade de uma localidade?

() sim () não

Justifique a resposta

3) Você acredita que a preservação do patrimônio arquitetônico no centro de Florianópolis é uma forma de atrair turistas para a cidade?

()sim () não

Justifique a resposta

4) A atividade turística gera impactos positivos e negativos na comunidade autóctone, qual sua análise sobre a atividade turística em Florianópolis?

5) A França é o principal destino turístico do mundo, recebe visitantes atraídos pelo patrimônio histórico-cultural. Assim, quais os benefícios que o turismo cultural pode gerar em Florianópolis?

6) Qual a sua opinião em relação a preservação da arquitetura histórica em Florianópolis?

7) Você acha que o governo tem feito a sua parte no que se refere à preservação dos patrimônios culturais e arquitetônicos de Florianópolis?

8) “Já se sabe que toda a atividade turística é, por natureza, cultural. Daí a imprecisão de expressões do tipo turismo cultural ou ainda turismo em cidades históricas, pois todas as cidades, turísticas ou não, são historicamente produzidas.” (PORTUGUEZ,2001:81).

O Senhor concorda com a declaração de Portuguez? Por que?

9) Quais atitudes e medidas o senhor acha importante para que Florianópolis se torne também um destino cultural?

APÊNDICE B – entrevista**ENTREVISTA PROFESSOR MARCELO**

1) Como o senhor avalia a situação atual do patrimônio histórico-cultural no centro da Ilha de Santa Catarina?

() Muito Bom () Bom (X) ruim () péssimo

Justifique a resposta (Pontos fortes e pontos fracos)

R: Existem outras prioridades governamentais ao invés de preservar a memória cultural da gente catarinense.

2) O senhor concorda que a preservação do patrimônio arquitetônico é uma forma de preservação da identidade de uma localidade?

(X) sim () não

Justifique a resposta

R: Sim, pois somente desta forma teremos histórias para as gerações futuras.

3) Você acredita que a preservação do patrimônio arquitetônico no centro de Florianópolis é uma forma de atrair turistas para a cidade?

(X) sim () não

Justifique a resposta

R: Turista não é atraído somente pelas belezas naturais, mas também pelos atrativos culturais.

4) A atividade turística gera impactos positivos e negativos na comunidade autóctone, qual sua análise sobre a atividade turística em Florianópolis?

R: desordenada, sem controle e que atende somente a interesses econômicos.

5) A França é o principal destino turístico do mundo, recebe visitantes atraídos pelo patrimônio histórico-cultural. Assim, quais os benefícios que o turismo cultural pode gerar em Florianópolis?

R: O principal benefício é o de preservar a história do seu povo. Pois povo sem história não pode ser considerado uma nação livre.

6) Qual a sua opinião em relação a preservação da arquitetura histórica em Florianópolis?

R: Não existe preservação aparente. A prova disso é o Palácio Rosado onde foram descobertos sítios arqueológicos. Porém, hoje tudo está em baixo de concreto.

7) Você acha que o governo tem feito a sua parte no que se refere à preservação dos patrimônios culturais e arquitetônicos de Florianópolis?

R: Não. É claro que os interesses governamentais estão acima dos interesses culturais pois a curto prazo não geram divisas.

8) “Já se sabe que toda a atividade turística é, por natureza, cultural. Daí a imprecisão de expressões do tipo turismo cultural ou ainda turismo em cidades históricas, pois todas as cidades, turísticas ou não, são historicamente produzidas.” (PORTUGUEZ,2001:81).

O Senhor concorda com a declaração de Portuguese? Por quê?

R: sim, pois só há produção cultural mediante resgate e preservação da história do povo. Portanto, cultura é uma manifestação histórica, que por sua vez os dois são pilares do turismo.

9) Quais atitudes e medidas o senhor acha importante para que Florianópolis se torne também um destino cultural?

R: Educar o povo, mudar valores, investir na preservação da história e criar fundos de pesquisa.